



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DELANNEY VIDAL DI MAIO NETO**

**PODER E MOEDA: O USO DO RENMINBI COMO PROJEÇÃO DE PODER EM  
ANGOLA, NO SUDÃO E EM MOÇAMBIQUE**

**JOÃO PESSOA  
2018**

**DELANNEY VIDAL DI MAIO NETO**

**PODER E MOEDA: O USO DO RENMINBI COMO PROJEÇÃO DE PODER EM  
ANGOLA, NO SUDÃO E EM MOÇAMBIQUE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

**Área de concentração:** Economia Política Internacional.

**Orientador:** Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite.

**JOÃO PESSOA  
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D536p Di Maio Neto, Delanney Vidal .  
Poder e moeda [manuscrito] : o uso do Renminbi como projeção de poder em Angola, no Sudão e em Moçambique / Delanney Vidal Di Maio Neto. - 2018.  
79 p. : il. colorido.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2018.  
"Orientação : Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."


1. China. 2. Moeda. 3. Ascensão Pacífica. 4. Poder chinês.  
21. ed. CDD 327.51


DELANNEY VIDAL DI MAIO NETO

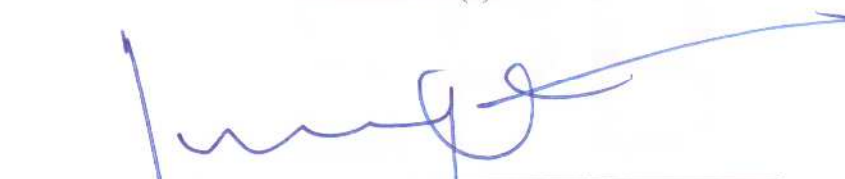
PODER E MOEDA: O USO DO RENMINBI COMO PROJEÇÃO DE PODER EM ANGOLA,  
NO SUDÃO E EM MOÇAMBIQUE

Monografia apresentada ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba.

Aprovado(a) em 12 / 06 / 2010.

  
Alexandre César Cunha Leite /UEPB  
Orientador(a)

  
Cristina Carvalho Pacheco /UEPB  
Examinador(a)

  
Bianor Arruda Bezerra Neto /UEPB  
Examinador(a)



*A tutti coloro che con me dipingono ogni giorno il capolavoro della vita: cor unum et anima una.*

## AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma das virtudes humanas mais belas e apreciadas. É depositar na vida a responsabilidade de um obrigado, quando bastaria um simples reconhecido. Seria injusto se nomeasse a uns e outros deixasse no breu do olvido. A verdade é que agradeço a você que me estupefaz. A você que me lembra como a vida é breve e a arte é longa. A você que me recorda a cada instante de ouvir os preceitos intangíveis. A você que me mostra como somos anões nos ombros de gigantes. O que seria da vida sem o assombro do novo, sem aquele amado som: ahh!

Ahh! – obrigado. Obrigado pelo feitiço do conhecimento. Sobretudo, porque enfatiza como o *Bonum si brevis bis bonum*. Nada tão belo, tão doce, tão cultivado quanto: Ahh!

*“Tityre, tu patulae recubans sub tegmine fagi  
silvestrem tenui musam meditaris avena; nos  
patriae fines et dulcia linquimus arva. nos  
patriam fugimus; tu, Tityre, lentus in umbra  
formosam resonare doces Amaryllida silvas.”*

*Virgilio, Ecloga I, 1-5*

## RESUMO

A ascensão da China, nas últimas quatro décadas (1978-2018), é motivo de muitos questionamentos sobre o futuro do Sistema Internacional. Sobretudo, pelas mudanças ocorridas, no começo do século XXI e com a possibilidade do estabelecimento de uma nova hegemonia política e econômica não-ocidental. Embora, haja preocupações por parte de outras potências, a emergência chinesa apresenta algumas singularidades, como o discurso de ser possível uma ascensão pacífica, em favor da manutenção da estabilidade da Ordem Global. Este artigo se dispõe a apresentar como a China está articulando politicamente, com fornecedores e consumidores, para a internacionalização da sua moeda nacional como meio de pagamento e de reserva, no processo de discussão de suas capacidades e de seu papel na Ordem Internacional. Nesse cenário, a estratégia política de projeção chinesa opera através de instrumentos de ordem econômica, de modo que um conceito de poder capaz de tratar com seriedade questões econômicas, sem desvalorizar fatores políticos se torne ingente. Porquanto, no que tange ao marco teórico há a escolha pelo conceito desenvolvido na Economia Política Internacional por Susan Strange (1970). Como marco temporal, tem-se os anos de 2001 a 2015, abarcando três planos quinquenais – 10º Plano Quinquenal (2001-2005), 11º Plano Quinquenal (2006-2010) e 12º Plano Quinquenal (2011-2015). Por sua vez, a escolha por analisar a relação entre fornecedores e consumidores, na África, está embasada na demanda por *commodities* e fontes de energia, abundantes no continente. Contudo, sem o propósito de esgotar o assunto, traça-se um recorte da articulação política chinesa, num cosmo determinado de fornecedores e consumidores – Angola, Sudão e Moçambique – com o intuito de internacionalizar a moeda chinesa (renminbi). Em face disto, este artigo se divide em cinco seções incluída a introdução. A primeira seção na qual se pretende definir os conceitos de poder e moeda, a partir de um recorrido bibliográfico, em torno à projeção de poder e ante a retórica sino-pacifista. A segunda parte, o estudo de caso, analisa a presença da China em Angola, no Sudão e em Moçambique com o componente estratégico da economia como fator promotor do poder. Enfim, a terceira seção que discute a formulação de uma diplomacia do renminbi para a substituição do dólar como moeda dominante nas trocas internacionais, que perpassa Angola, Sudão e Moçambique. Na última parte, são apresentadas as considerações finais.

**Palavras-Chave:** China. Poder. Moeda. Ascensão Pacífica.

## RESUMEN

El ascenso de China, en las últimas cuatro décadas (1978-2018), es motivo de cuestionamientos sobre el futuro del Sistema Internacional. Sobre todo, por los cambios ocurridos, a comienzos del siglo XXI, con la posibilidad del establecimiento de una nueva hegemonía política y económica no-occidental. Aunque exista preocupaciones por parte de otras potencias, la emergencia china presenta algunas singularidades, como el discurso de ser posible un ascenso pacífico, en favor del mantenimiento de la estabilidad del Orden Global. Este artículo se dispone a presentar cómo China está articulando políticamente, con proveedores y consumidores, para la internacionalización de su moneda nacional como medio de pago y de reserva, en el proceso de discusión de sus capacidades y de su rol en el Orden Internacional. En este escenario, la estrategia política de proyección china opera a través de instrumentos de orden económico, de modo que un concepto de poder capaz de tratar con seriedad cuestiones económicas, sin desvalorizar factores políticos se vuelva ingente. Por lo que se refiere al marco teórico se establece el concepto desarrollado en la Economía Política Internacional por Susan Strange (1970). Como marco temporal, se tienen los años 2001 a 2015, abarcando tres planes quinquenales - 10º Plan Quinquenal (2001-2005), 11º Plan Quinquenal (2006-2010) y 12º Plan Quinquenal (2011-2015). Por su parte, la elección por analizar la relación entre proveedores y consumidores, en África, está basada en la demanda de *commodities* y fuentes de energía, abundantes en el continente. Mientras, sin el objetivo de agotar el asunto, se traza un recorte de la articulación política china, en un cosmos determinado de proveedores y consumidores - Angola, Sudán y Mozambique - con el propósito de internacionalizar el renminbi. Puesto esto, este artículo se divide en cinco secciones: la introducción. La primera sección en la que se pretende definir los conceptos de poder y moneda, a partir de un recorrido bibliográfico, así como la proyección de poder y la retórica sino-pacifista. La segunda parte, el estudio de caso, analiza la presencia de China en Angola, Sudán y Mozambique con el componente estratégico de la economía como factor promotor del poder. En fin, la tercera sección que discute la formulación de una diplomacia del renminbi para la sustitución del dólar como moneda dominante en los intercambios internacionales, que atraviesa Angola, Sudán y Mozambique. En la última parte se presentan las consideraciones finales.

**Palabras Clave:** China. Poder. Moneda. Ascenso Pacífico.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimento Direto Chinês na África (corrente US\$) .....	41
Tabela 2 – Investimento Direto Americano na África (corrente US\$) .....	42
Tabela 3 – Importação Chinesa de Angola (corrente US\$) .....	45
Tabela 4 – Exportação Chinesa para a Angola (corrente US\$) .....	45
Tabela 5 – Empréstimos à Angola em renminbi convertidos em dólar (US\$) .....	46
Tabela 6 – Investimento Direto Chinês em Angola (em US\$) .....	47
Tabela 7 – Empréstimos de Banco Chineses para Angola 2001 - 2015 (corrente US\$) .....	48
Tabela 8 – Receita Anual Bruta dos Projetos realizados por Empresas Chinesas em Angola (corrente US\$) .....	51
Tabela 9 – Importação Chinesa do Sudão (corrente US\$) .....	54
Tabela 10 – Exportação Chinesa para o Sudão .....	55
Tabela 11 – Empréstimos ao Sudão em renminbi convertidos em dólar (US\$) .....	55
Tabela 12 – Investimento Direto Chinês no Sudão (corrente US\$) .....	56
Tabela 13 – Empréstimos de Banco Chineses para o Sudão 2001 - 2015 (corrente US\$) .....	57
Tabela 14 – Renda Per Capita Poder de Compra (corrente US\$) .....	60
Tabela 15 – Exportação Chinesa para Moçambique (corrente US\$) .....	62
Tabela 16 – Importação Chinesa de Moçambique (corrente US\$) .....	62
Tabela 17 – Empréstimos à Moçambique em renminbi convertidos em dólar (US\$) .....	63
Tabela 18 – Investimento Direto Chinês em Moçambique (corrente US\$) .....	64
Tabela 19 – Empréstimos de Banco Chineses para o Sudão 2001 - 2015 (corrente US\$) .....	65
Tabela 20 – Renda Per Capita Poder de Compra (corrente US\$) .....	66
Tabela 21 – Empréstimos para África em renminbi convertidos em dólar (US\$) – EXIMBANK .....	67
Tabela 22 – Empréstimos para África em renminbi convertidos em dólar (US\$) – <i>China Development Bank</i> .....	68
Tabela 23 – Empréstimos para África em renminbi convertidos em dólar (US\$) – Outros bancos chineses .....	68

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	As quatro estruturas do poder relativo .....	17
Figura 2 –	Localização de Angola .....	44
Figura 3 –	Localização do Sudão .....	52
Figura 4 –	Localização de Moçambique .....	54

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
BIRD	Banco para a Reconstrução e Desenvolvimento
CDB	<i>China Development Bank</i>
CS	Conselho de Segurança
EXIBANK	<i>Export Import Bank of China</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OMC	Organização Mundial para o Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
COMTRADE	United Nations International Trade Statistics Database
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. PODER E MOEDA: PROJEÇÃO, EXPANSÃO E INSERÇÃO</b> .....	13
1.1. PODER E MOEDA, DEFININDO CONCEITOS .....	14
1.2. A CONTESTAÇÃO CHINESA: HARMONIA E PACIFISMO .....	21
1.3. CONSIDERAÇÕES.....	24
<b>2. A DIPLOMACIA DO RENMINBI: UMA PROJEÇÃO DO PODER CHINÊS</b> .....	25
2.1. PROCESSO DE INSERÇÃO GLOBAL CHINÊS: A DIPLOMACIA DO RENMINBI (FORTE NO SISTEMA FINANCEIRO) .....	27
2.1.1. <b>Um renminbi forte</b> .....	29
2.1.2. <b>A projeção do renminbi e o sistema financeiro</b> .....	30
2.2. OBJETIVOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO RENMINBI (DA DIPLOMACIA DO RENMINBI).....	32
2.3. PERSPECTIVAS DA DIPLOMACIA DO RENMINBI: IMPACTOS SISTÊMICOS, RUMO A UM SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL MULTIPOLAR? .....	34
2.4. CONSIDERAÇÕES.....	35
<b>3. A PROJEÇÃO DO PODER CHINÊS NA ÁFRICA</b> .....	36
3.1. A PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA: O CONTEXTO GERAL.....	38
3.1.1. <b>A presença da China e dos Estados Unidos na África: uma síntese dos     investimentos diretos</b> .....	40
3.2. A PRESENÇA DA CHINA EM ANGOLA .....	43
3.3. A PRESENÇA DA CHINA NO SUDÃO .....	52
3.4. A PRESENÇA DA CHINA EM MOÇAMBIQUE .....	60
3.5. CONSIDERAÇÕES.....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	69
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	72

## INTRODUÇÃO

A ascensão da China, nas últimas quatro décadas (1978-2018), é motivo de muitos questionamentos sobre o futuro do Sistema Internacional. Nomeadamente, pelas mudanças ocorridas, no começo do século XXI e com a possibilidade do estabelecimento de uma nova hegemonia política e econômica não-ocidental. Apesar das preocupações de outras potências, a emergência chinesa apresenta algumas singularidades, como o discurso do governo chinês de que é possível uma ascensão pacífica<sup>1</sup>, sem rupturas, e capaz de assegurar a coexistência de outros poderes, em favor da manutenção da estabilidade da Ordem Internacional.

A marcha cautelosa chinesa, contudo, é caracterizada por inúmeras políticas iniciadas no final da década de 1970 e articulada num plano estratégico de curto, médio e longo prazo que permitiriam a transformação da sua economia e a conseguinte inserção nas cadeias produtivas regionais e globais. Estas transformações tomaram maiores proporções em 2001, com a adesão chinesa à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a implementação do 10º Plano Quinquenal<sup>2</sup>. De maneira a moldar o comportamento da China no campo da política internacional e a estabelecer essa adesão como marco fundamental da reinserção do país como ator relevante para as Relações Internacionais.

Concomitantemente a esta linha temporal de transformações, a crise financeira global, em 2008, trouxe à pauta da política internacional, com maior intensidade, o debate da reação da China sobre seu papel e suas capacidades. O que incorre na diminuição do domínio do dólar, com tentativas graduais e planejadas de reduzir sua dependência da moeda americana, assim como de sustentar a projeção do seu poder, nos moldes do discurso de ascensão pacífica, que enseja numa relação intrínseca entre poder e moeda, como componente estratégico para esta projeção (reação).

Por conta disto, este artigo se dispõe a apresentar como a China está articulando politicamente, com fornecedores e consumidores, para a internacionalização do renminbi<sup>3</sup> como meio de pagamento e de reserva com o objetivo de substituir o dólar como moeda

---

<sup>1</sup> A influência da filosofia Confucionista é recorrente na formulação política chinesa. Às vezes, o conceito de Ascensão Pacífica é traduzido como Desenvolvimento Pacífico. Este termo foi utilizado, sobretudo, na era Hu Jintao (2003-2013) para expor a emergência chinesa como um novo poder global sem resultar em drásticas mudanças nas estruturas da política global (PATHACK, 2015).

<sup>2</sup> Apesar de todas as transformações na economia chinesa, o instrumento da planificação econômica ainda é utilizado como meio de gerir os entes públicos determinando a que objetivos se buscam alcançar em um período de cinco anos; que neste trabalho serve apenas como um marco temporal de referência.

<sup>3</sup> O renminbi (RMB ou CNY) é a moeda oficial da China, enquanto o yuan é a unidade básica da moeda; mas, nos contextos internacionais, o termo yuan costuma ser utilizado indistintamente, designando a moeda.

dominante nas trocas internacionais. Esse cenário compõe a estratégia política de projeção chinesa que, neste caso, opera através de instrumentos de ordem econômica. Logo, exige requalificar alguns conceitos, já que o país propõe a coexistência pacífica de diversos poderes, diferentemente de outras potências emergentes em eras passadas.

Ainda que a discussão de conceitos como poder e moeda associados seja uma tarefa árdua, a literatura indica que esta associação é fato. Historicamente associa-se moeda e poder, moeda e hegemonia. No cenário de discussão deste estudo, é possível entender o papel relevante desempenhado pela moeda na relação de alguns países africanos com a China e sua reinserção no cenário das Relações Internacionais, através de dados empíricos.

Por esta razão escolhe-se o marco temporal de 2001 a 2015, a partir da adesão da China à OMC, quando o país se adequou aos padrões de comércio global, abarcando três planos quinquenais – 10º Plano Quinquenal (2001-2005), 11º Plano Quinquenal (2006-2010) e 12º Plano Quinquenal (2011-2015). Por sua vez, a escolha por analisar a relação entre fornecedores e consumidores, na África, está embasada no entendimento da existência de um reposicionamento estratégico necessário para a manutenção do modelo de desenvolvimento chinês, durante este período, e a conseguinte demanda por *commodities* e fontes de energia, abundantes no continente (MARTINS, 2014; MAGALHÃES, 2015; OVERHOLT, 2016).

Porém, as relações da China com o continente africano são muito variadas, com diferentes matizes. A pesquisa estabeleceu como critério a relação de proporcionalidade entre o tamanho da economia e o fluxo econômico (comércio e investimento direto), o que posiciona Angola<sup>4</sup> e Sudão<sup>5</sup> como principais parceiros da China, na África. Por sua vez, Moçambique<sup>6</sup>, apesar de apresentar um fluxo econômico relativamente menor comparado a outros países – mantido o padrão estabelecido para análise – possui uma característica diferenciada, com contínuos déficits no fluxo comercial com o país asiático, o que chama a atenção e motivou a opção por sua análise.

Portanto, longe de esgotar o assunto, o artigo traz um recorte da articulação política chinesa, num cosmo determinado de fornecedores e consumidores, isto é, Angola, Sudão e Moçambique, com o intuito de internacionalizar a moeda chinesa. É preciso ressaltar que não é escopo deste debate analisar as relações da China com outras potências, apesar de apresentar conceitos reticentes ao discurso chinês.

---

<sup>4</sup> UNCTAD, 2015; BANCO MUNDIAL, 2015.

<sup>5</sup> EXIMBANK, 2015.

<sup>6</sup> UNCTAD, 2015.

Um dos pontos a serem ressaltados jaz no debate sobre a literatura utilizada. O campo da Economia Política Internacional é muito fecundo e apresenta diversas correntes. Contudo, a adoção de explicações mais abrangentes para explicar assimetrias entre poder econômico e político são ingentes neste debate sobre a ascensão chinesa, de forma que uma abordagem capaz de harmonizar um conceito político e econômico se torne *conditio sine qua non*. Por isso, o conceito de poder definido por Susan Strange (1994) torna-se tão importante neste trabalho, capaz de tratar com seriedade questões econômicas, sem desvalorizar fatores políticos.

Em face disto, para que tal objetivo seja satisfeito, este artigo divide-se em quatro seções, ademais desta introdução. A primeira parte busca definir os conceitos de poder e moeda, em torno da projeção de poder, que endossam a retórica chinesa de pacifismo a partir de uma revisão bibliográfica. A segunda parte do artigo, analisa a formulação de uma diplomacia do renminbi, para a substituição do dólar como moeda dominante nas trocas internacionais, que perpassa Angola, Sudão e Moçambique. Por sua vez, a terceira parte deste artigo, analisa a presença da China em Angola, no Sudão e em Moçambique traçando relações do modo como o país asiático utiliza a economia como componente estratégico para projeção de poder. Na última parte, são apresentadas as considerações finais.

## **1. PODER E MOEDA: PROJEÇÃO, EXPANSÃO E INSERÇÃO**

Esta primeira parte busca debater os conceitos poder e moeda, em torno da projeção de poder, que endossam a retórica chinesa de pacifismo a partir de uma revisão bibliográfica. Para, então, facultar o recorte da articulação política chinesa com o intuito de internacionalizar o renminbi, no cosmo de fornecedores e consumidores – que neste artigo, por uma escolha metodológica limita-se às suas articulações no continente africano – notadamente, Angola, Sudão e Moçambique.

As transformações chinesas iniciadas no final da década de 1970, conhecidas como o “Milagre Chinês” (MARTINS, 2014), deram rumo a uma marcha cautelosa articulada em planos de curto, médio e longo prazo, que permitiram as intensas mudanças econômicas do país asiático. No entanto, a inserção da China nas cadeias produtivas se tornou um marco, quando o país aderiu à OMC e implantou o 10º Plano Quinquenal, despontando como ator relevante nas Relações Internacionais (OVERHOLT, 2016).

Esse panorama estende-se até a atualidade, contudo, por questões empíricas a análise contempla o recorte em três planos quinquenais – 10º Plano Quinquenal (2001-2005), 11º Plano Quinquenal (2006-2010) e 12º Plano Quinquenal (2011-2015). Período no qual houve um

reposicionamento estratégico necessário à manutenção do modelo de desenvolvimento e a conseguinte demanda por *commodities* e por fontes de energia, abundantes no continente africano (MARTINS, 2014; MAGALHÃES, 2015; OVERHOLT, 2016).

Este processo baliza a intensidade da política chinesa de projeção e inserção caracterizada por tentativas graduais de estabelecer um debate sobre seu papel e suas capacidades nas Relações Internacionais. O que compõe uma estratégia política operacionalizada por instrumentos de ordem econômica como modo de propor uma coexistência pacífica de diversos poderes.

A literatura da Economia Política Internacional, em sua interdisciplinaridade, apresenta diversas correntes para explicitar os contornos políticos e econômicos. A singularidade em torno ao debate da ascensão chinesa requer uma abordagem capaz de harmonizar o conceito econômico sem deslegitimar a importância dos fatores políticos. Visto que a China, no xadrez internacional das nações, está articulando politicamente para a internacionalização do renminbi como meio de pagamento e de reserva com o objetivo de diminuir sua dependência da moeda americana.

Porquanto, esta primeira seção busca, a partir de uma revisão bibliográfica, estabelecer um marco teórico e definir os conceitos de poder e moeda ante a retórica chinesa de pacifismo e a sua tentativa de internacionalizar a moeda nacional como meio de pagamento e de reserva frente ao dólar, como uma proposta de seu reposicionamento estratégico.

### 1.1. PODER E MOEDA, DEFININDO CONCEITOS

Uma grande quantidade de hipóteses foi aventada para a *débâcle* da hegemonia americana na Ordem Internacional<sup>7</sup>. Ainda na década de 1970, essas hipóteses ganharam força com a emergência de estados europeus e inclusive asiáticos, como o Japão. Porém, ao longo do tempo, esvaneceram-se as ideias de um novo cenário mundial dado o fato da permanência do alinhamento estratégico destes países aos Estados Unidos (PECEQUILO, 2013).

No umbral do século XXI, com a ascensão econômica chinesa em proporções *vis-à-vis* aquelas da transição hegemônica do Reino Unido para os Estados Unidos, as hipóteses de um

---

<sup>7</sup> O princípio universal do Sistema Internacional é seu caráter anárquico. Ou seja, a não existência de leis e regras capazes de criar ordem. Esse ambiente é a antítese do sistema doméstico (nacional). No entanto, as assimetrias das interações entre os Estados caracterizam uma ordem internacional cujo poder motriz é o choque entre os atores. O resultado é a formação de um Centro (forte e capaz de moldar vontades), uma Semiperiferia (não é forte, mas não é fraca como outros atores, portanto, capaz de moldar parte das vontades), enfim, a Periferia (fraca, e incapaz de impor sua vontade). *Propter hoc*, trata-se de uma ordem-anárquica-hegemônica.

nascente cenário internacional pulularam, assim como o foco na força do comércio como indutor desse processo (OVERHOLT, 2016).

Sobretudo, com a progressiva porosidade das fronteiras nacionais inicialmente para o capital produtivo, logo para o capital das multinacionais e paulatinamente para o capital bancário e financeiro, que caracterizaram a atuação imperial (*manu militari*), vigente repetidamente na história, como um recurso indesejável de coação e, até mesmo, ineficaz ou impossível, dada a interdependência das partes (FIORI, 1997).

O conceito de hegemonia, frequentemente, é empregado de modo abrangente confundindo-se com o conceito de imperialismo, de forma inclusive a atrelar Estados Unidos e realismo em relações internacionais (GUZZINI, 1992). Neste contexto teórico, há um amplo espectro de relações ante o conceito de poder, conquanto, apelar para uma abordagem tradicional de poder ou hegemonia é lançar um voo às cegas a um destino incerto, e ainda contraditório ao princípio romano – o exemplo histórico *per se* de poder imperial: “*quidquid agas in omnibus respice finem*”<sup>8</sup>.

No entanto, nas teorias dominantes nas relações internacionais, o conceito de hegemonia centra-se no Estado como origem do poder. Gilpin (1981) considera que, com o avanço da história, a guerra tem sido uma prática inevitável de solucionar desequilíbrios na Ordem Internacional, uma vez que a guerra é uma contestação direta entre um Estado dominante e um revisionista, ou um ato de império do *hegemon*. Um processo de ausência de conflitos, cuja ação é a manutenção da ordem, é uma paz vigiada pelo poder dominante e, em algum sentido, equivalente à estabilidade hegemônica – *a posteriori* tema debatido por Keohane e Nye<sup>9</sup>.

Do mesmo modo, Waltz (2002) desenvolve uma teoria preocupada em explicar exclusivamente as relações entre potências numa perspectiva sistêmica, que se define em termos militares. O que desconsidera as relações produtivas e esvazia as ações internas num Estado. Mearsheimer (1983), por sua vez, trabalha poder como capacidade e como conversão. Para o autor, não basta possuir poder, é necessário converter o recurso no resultado almejado. Ser imbatível potencialmente não significa nada se existe a chance de não o ser.

Baldwin (1993) também desenvolve o conceito de poder nesse sentido. Daí ser o poder um recurso do Estado, no entanto, faz-se a distinção entre poder potencial e poder real. O

---

<sup>8</sup> Em todas as coisas que faças, olha para o fim (tradução nossa).

<sup>9</sup> A interdependência complexa colocou em questionamento a hierarquia temática nas Relações Internacionais com a relativização dos temas das *Realpolitik*. O conceito principal estava subjacente na capacidade das instituições de estabelecer uma realidade internacional de múltiplas conexões transnacionais que não são explicadas pelo poder estatal. De forma que seja possível a cooperação, mesmo com a existência de um estado hegemônico (KEOHANE e NYE, 1977).

primeiro é o status de ameaça, que pode não funcionar, já o segundo, a ação é o poder atualizado (no sentido aristotélico), portanto, o ato de per se do Estado, no qual se atualiza sua capacidade.

Para Nye (2012), sem embargo, poder não é passível de mensuração. Há a demanda por definir e especificar o poder, já que não é viável definir poder de acordo com capacidade que pode ou não produzir resultado. Estratégia seria, por conseguinte, o melhor contexto para expor poder. Porquanto, para Nye (2012) poder e influência se confundem, dependendo das interações de contexto.

Outrossim, Keohane (1993) afirma que as maiores potências tendem a colaborar com os demais Estados, num sistema regido pelo *hegemon*, capaz de assegurar a sua vontade, valores e interesses. Desse modo, o Estado hegemônico é capaz de distribuir benesses às potências menores que, por sua vez, atrelam-se aos interesses do *hegemon* e asseguram o *statu quo* do sistema. Contudo, a ineficácia em estabelecer a manutenção desta política, poderia nutrir a ascensão de um Estado revisionista.

Nesse sentido, na dinâmica do poder nacional em suas múltiplas expressões – articulação entre processo histórico e ambiente físico – Castro (1999) considera que o poder se manifesta de três formas: (i) real, (ii) latente, (iii) prestígio. A primeira fase do poder é aquela fundamentada em recursos, meios de forças, sua expressão é aplicada. A segunda versão reside no princípio de o detentor atualizar suas capacidades, ou seja, de o Estado mobilizar seus recursos para realizar os fins políticos. Finalmente, a terceira forma é aquela imaterial, forjada no reconhecimento de outros Estados a um Estado, formulador das políticas hegemônicas.

Ao contrário destas perspectivas, dominantes nos debates ocidentais de Relações Internacionais, Fiori (2008) argumenta que é necessário entender as relações econômicas e não a estabilidade. Porque não seria possível compreender o poder hegemônico, caso se abra mão da força econômica do Estado como fator primário, uma vez que o próprio poder hegemônico é causa *per se* de instabilidade na Ordem Internacional.

Argumento que se soma às intensas transformações do capitalismo que fomentam o crescimento de novos atores políticos, cujas interações superam as análises tradicionais das relações internacionais. A Economia Política Internacional, como advoga Guzzini (1992), desponta como alternativa viável às teorias *mainstream* de relações internacionais tanto realistas como liberais. Porque é possível num mesmo plano analítico assimilar princípios de ambas as correntes. *Pari passu*, Susan Strange (1994) incide de forma mais intensa no debate sobre o poder, mesmo diante do enfraquecimento estatal. A autora sustenta que em Economia Política Internacional não é possível fazer uma distinção entre poder político e poder

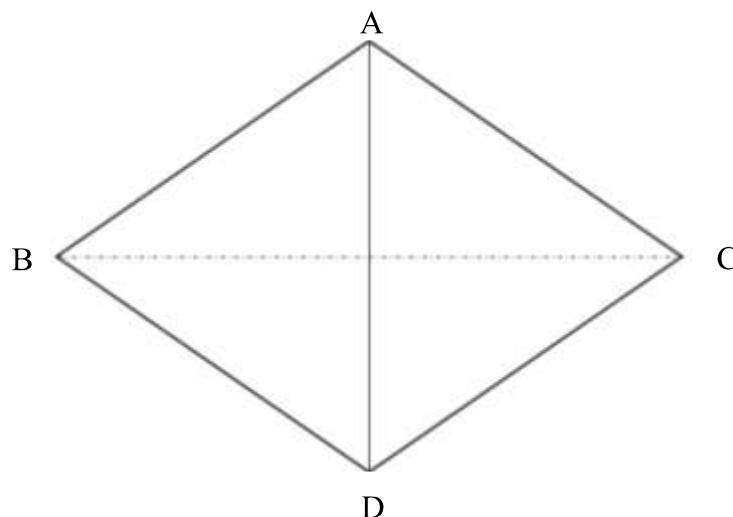
econômico, perante o desafio, então, de desenvolver uma explicação para a diminuição do brio econômico americano, com a manutenção de sua hegemonia e o surgimento de novos atores.

A tipologia de Strange (1994) identifica duas formas de poder: (i) o poder relativo (relacional), que é similar ao conceito realista, caracterizado como a capacidade de moldar a vontade do outro, ainda que este desejasse atuar de outra maneira; e, por sua vez, (ii) o poder estrutural, que, para a autora, é a capacidade de moldar a estrutura do sistema econômico internacional, na qual os demais atores atuam. Dessa forma, Strange sugere que o poder estrutural não tem origem unicamente nos governos, mas em relações interacionais, isto é, a sobreposição de grupos políticos, instituições econômicas, profissionais e intelectuais, uma complexa rede de poder que compõe o Estado (STRANGE, 1994).

Há quatro estruturas (fontes) a serem ressaltadas no poder estrutural: (i) a segurança que fundamentalmente é a capacidade de controle da violência; (ii) a produção que é a capacidade de deliberar ou controlar o modo de produção de bens e serviços, sobretudo dos meios como terra, capital, trabalho e tecnologia; (iii) as finanças, ou seja, sobre o crédito e a capacidade de comprar, ou ainda, sobre a capacidade de recriá-lo; por fim, (iv) o conhecimento que consiste na sua geração, no seu controle e na sua difusão, um recurso especial de poder, que pode ser traduzido em ciência e tecnologia ou em ideias e crenças (STRANGE, 1994).

Estas estruturas estão conexas sem uma hierarquia definida, de forma a corroborar com o argumento inicial de Strange (1994) de que em Economia Política Internacional não é possível fazer uma distinção entre poder político e poder econômico. O que sublinha a perspicácia do conceito forjado pela autora que funde o valor do poder financeiro e aquele próprio do conhecimento e de suas interações.

**Figura 1** – As quatro estruturas do poder relativo



Fonte: STRANGE, 1994 *apud* FARIA, 2013.



A autora apresenta essa interação na forma de um losango originado na sobreposição de quatro triângulos (Figura 1) como representação dessas quatro fontes. (i) O triângulo ABD representando a estrutura de poder da segurança; (ii) o triângulo ACD como a estrutura produtiva; (iii) o triângulo ABC como representação da estrutura financeira; e, (iv) o triângulo BCD como a do conhecimento. Isto se justifica pela reciprocidade das estruturas na materialização do poder que se dá em cada uma dessas estruturas, como ameaça ou preservação delas (STRANGE, 1994 *apud* FARIA, 2013).

Strange (1994) ao debater o poder estatal, ainda, sublinha que a natureza das disputas mudou por questões econômicas, portanto, o poder estrutural teria maior peso do que o poder relativo. Dessa relação tem-se que:

a faceta que, possivelmente, cresceu de importância mais do que qualquer outra no último quartel de século e que se tornou de decisiva importância nas relações econômicas internacionais e na competição entre empresas [...] seu poder de determinar resultados – na segurança, na produção e na pesquisa – é enorme [...] o que é investido nas economias avançadas é crédito e não dinheiro, e [...] crédito pode ser criado. Não precisa ser acumulado. Assim, quem seja que adquira a confiança dos outros em sua habilidade de criar crédito vai controlar uma economia capitalista – e também uma socialista (STRANGE, 1994, p. 30).

Emerge, assim, um sistema dinâmico de fontes de poder interestatal com reverberações mundiais, no qual o poder é exercido de forma hegemônica, através das quatro estruturas ressaltadas anteriormente. Em estruturas interativas tanto no nível micro analítico, quanto no nível macro. Porquanto, não são interações externas ao sistema, mas inerentes à sua composição, conforme Strange (1994) sintetiza:

É impossível ter um poder político sem o poder de deter, comandar a produção, mobilizar o capital. E, é impossível ter poder econômico sem a sanção da autoridade política, sem segurança legal e física que só pode ser fornecida pela autoridade política (STRANGE, 1994, p. 25).

Há, destarte, uma influência recíproca entre o poder político e o poder financeiro. Moeda e Estado se correlacionam em uma relação complexo-sistêmica. Por conseguinte, a reflexão de Metri (2009, p. 9 *apud* MARTINS, 2014) é fortalecida ao advogar que não se pode desdenhar “a problemática da moeda enquanto instrumento criado pelo poder político e por ele utilizado nos desafios ligados às lutas de dominação e aos processos de fortalecimento da autoridade central e de concentração de poder”. Porquanto, um instrumento de supremacia e próprio do exercício de hegemonia.

Devido a isto, é possível entender como o dólar sustenta privilégios e controla demandas que nenhuma outra nação na Ordem Internacional tem acesso. Isto não acontece por mecânica celestial, *quia Deus vult*, senão por uma política metodológica de poder, *per viam causalitatis*,

já que é próprio do processo de acumulação de riqueza e de poder. Afinal, o dólar ocupa desde o fim da Segunda Guerra Mundial o privilégio de ser a moeda-chave (hegemônica) do sistema monetário internacional. Que é fator constitutivo do poder geopolítico americano como fica expresso pelo texto de Martins (2014):

Com o estabelecimento da inconvertibilidade do dólar ao ouro (1971) e com a “diplomacia do dólar forte” (1979), a moeda americana consagrou-se como fundamental na gestão do sistema monetário-financeiro internacional, tornando-se a unidade de conta, meio de pagamento e moeda-reserva preponderante. Ao possuir os ativos líquidos de última instância, os Estados Unidos puderam utilizar sua moeda como instrumento de poder com o intuito de atender seus interesses e inserir os demais Estados na lógica do sistema monetário-financeiro internacional sob sua égide (MARTINS, 2014, p. 25).

Em sentido mais amplo a competição por moeda descreve as esferas de legitimidade, prestígio e influência. Da perspectiva internacional, a moeda torna-se expressão de confiança de agentes públicos internacionais e privados, atrelada a fatores econômicos como perspectivas sobre a economia e fatores políticos como capacidade de moldar interesses. Por isso, a concentração de preferências em torno a poucas moedas hegemônicas, em detrimento de outras com pouco fator de serem meio de pagamento e de reserva (COHEN, 2003).

O fundamental de uma moeda é a confiança, já que ela possui três finalidades: (i) meio de troca, isto é, como meio de pagamento, sua função é aceitabilidade e satisfação de tratos; (ii) unidade de conta, neste sentido, a moeda tem como função unificar um atributo em *quantum* numerário; então, (iii) reserva de valor, a capacidade de guardar riquezas fortalecendo o poder de barganha do agente (COHEN, 2003).

Mas isso significa, em algum modo, atrelar a moeda ao poder político, a um arranjo artificial que detém a *seigniorage*<sup>10</sup>. No entanto, o modelo westfaliano é subproduto de tempos e lugares ao que estava subscrito, já que moeda depende, na prática, da demanda por ela (COHEN, 2003). Segundo O'Brien (1992), este desenho tende a desaparecer com a integração dos mercados e a localização geográfica não mais importaria, somente o desenvolvimento econômico, fortalecendo, assim, o uso transnacional do espaço das finanças.

Essa tese, apesar de esdrúxula para abordagens *mainstream*, ressalta o valor de que a moeda é neutra, além da sua fluidez, deslocando-se de acordo com a mobilidade da demanda e a menor importância das fronteiras. Porém, enquanto o paradigma westfaliano se manter, a geografia não finda e esta tese se torna uma falácia. A mobilidade do capital, de fato,

---

<sup>10</sup> *Grosso modo*, diferença entre o valor de face e o valor de custo que gera lucro para o emissor da moeda. Eventualmente, criando crédito.

desterritorializa uma dimensão da moeda, libera da dependência física, mas não é a morte do poder político, senão sua fusão (COHEN, 2003).

Assim, é possível desdobrar o conceito marxista de que a moeda é origem da divisão social do trabalho, na qual o proletariado se insere com a venda da força de trabalho por moeda (MARX, 1974). *Propter hoc*, fonte do caráter dual da acumulação de capital através da mais-valia e origem das assimetrias das relações de poder numa economia capitalista globalizada.

Não obstante, Keynes (1973), numa abordagem mais próxima ao conceito de poder de Strange (1994), entende a moeda como a garantia econômica ante as incertezas do futuro, com base na articulação passado e presente guiando as expectativas e as ações futuras das famílias econômicas. Portanto, a moeda é origem das decisões e dos resultados impossibilitando previsões.

A moeda desempenha um papel próprio e afeta motivos e decisões e é, resumidamente, um dos fatores operativos nesta situação, desta forma, o curso dos eventos não pode ser predito, nem no longo nem no curto prazo sem o conhecimento do comportamento da moeda (KEYNES, 1973, p. 408).

Dado o caráter anárquico do sistema, a moeda se torna uma fonte de certeza e prestígio do Estado para conviver com o caos. Logo, a moeda materializa, em algum grau, soberania e legitimidade (ROUSSEAS, 1998). O que conduz ao fato de a moeda, diferente do escambo, não ser neutra, mas um instrumento unitário da ação estatal e de sua capacidade produtiva. Keynes reforça esse valor intrínseco da moeda com o Estado ao afirmar que: “algo que é usado apenas como um meio de troca conveniente no mercado pode se aproximar da moeda, [...] que propriamente, em seu sentido amplo, só pode existir em sua relação com a moeda unidade de conta” (KEYNES, 1971, p. 3).

David Harvey (2014), numa crítica da natureza da acumulação capitalista, descreve o processo como violento, enganoso e opressor sem dissimulação; na qual se dá o *fetichismo* da força de trabalho ao torna-la uma mercadoria.

Paz, propriedade e igualdade reinam aqui como formas, e a aguda dialética de uma análise científica era necessária para descobrir como, na acumulação, o direito de propriedade se torna apropriação de propriedade de outros, a mudança de mercadoria em exploração, igualdade no domínio de classes. Essas premissas são: mercados competitivos que operam livremente com arranjos institucionais que garantam a propriedade privada, o individualismo legal, a liberdade de contratar e estruturas legais e governamentais apropriadas garantidas por um Estado facilitador, que também garante a integridade do dinheiro como reserva de valor e como meio de circulação. [...] O brilhantismo do método dialético de Marx é mostrar que a liberalização do mercado – o credo dos liberais e neoliberais – não produzirá um estado de harmonia no qual todos serão melhores, mas produzirá níveis mais altos de desigualdade social, como de fato aconteceu (HARVEY, 2014, p. 112).

Paralelo a este debate, no que tange ao credo liberal, Polanyi (2000) discorre sobre o fato de os processos de liberalização e livre mercado serem impossíveis de existirem sem qualquer regime ou governança. O Estado passa, então, a legislar em favor dos seus interesses e dos interesses do capital criando uma regulamentação de acordo com as demandas crescentes das relações econômicas, o que por sua vez reforça a assimetria do sistema.

O sistema monetário internacional hodierno plasma essa assimetria com o predomínio do dólar sobre as demais moedas. Prasad (2014) relaciona essa situação com a política hegemônica americana durante a Guerra Fria conhecida como diplomacia do dólar forte. Política que permitiu a ocupação central dos Estados Unidos, na estrutura político econômica, com mais da metade do comércio internacional fixado em referência ao dólar. Isto significa que o *hegemon* é capaz de definir os perdedores e os ganhadores das estratégias político-econômicas.

Em sentido mais amplo, a crise do *subprime* de 2008<sup>11</sup>, abriu espaço para a contestação desta hegemonia do dólar e de suas esferas de influência. Um processo que virtualmente se desenvolve verso a multipolaridade, portanto, para a competição entre moedas em multi-esferas de projeção de poder, com o fortalecimento de moedas de âmbito regional como o euro ou o renminbi (MAGALHÃES, 2015).

## 1.2. A CONTESTAÇÃO CHINESA: HARMONIA E PACIFISMO

A *débâcle* da hegemonia americana na Ordem Internacional apresenta, destarte, a relação complexo-sistêmica entre o poder político e o poder econômico. E lança interesse sobre outros fenômenos análogos como as intensas mudanças econômicas na China, há várias décadas, sobretudo, desde que implantou o 10º Plano Quinquenal desponta como ator relevante nas Relações Internacionais (OVERHOLT, 2016).

O Milagre Chinês introduziu o país nas cadeias produtivas mundiais, numa marcha cautelosa que fulgura com a adesão do país à OMC. Com isso, por um lado, a influência sino

---

<sup>11</sup> Processo que se disseminou por todo o sistema internacional através das instituições financeiras, *grosso modo*, com origem na bolha imobiliária americana e na aceitação do risco. Porém, um processo que ilustra a força do fator dólar como moeda internacional é o fato de os Estados Unidos através deste modelo conseguir financiar a aquisição de imóveis estimulando a construção civil e a própria economia com recursos de poupanças, inclusive de outros países ao os atrair para o país, criando oferta. Roubini e Mihh (2010, p. 25) ao debater este tema expressam: “A maioria das crises começa com uma bolha, na qual o preço de um ativo ultrapassa seu valor real. Muitas vezes, as bolhas de ativos andam *pari passu* com um acúmulo excessivo de endividamento, consequência dos empréstimos tomados por investidores ansiosos por participar do boom. Não por acaso, as bolhas de ativos estão associadas a um crescimento excessivo de oferta de crédito, que pode ser consequência de uma supervisão e uma regulamentação negligentes do sistema financeiro, ou de uma política fiscal frouxa do banco central”.

se expandiu através de instrumentos de poder econômicos e hierarquizou as relações por meio da cooperação, contrariando a base tradicional de expansão. Por outro lado, o crescimento econômico da China é o motivo pelo qual os países decidem cooperar e buscam sua aproximação político-econômica ao país asiático, que por sua vez estabelece trocas que resultem em ganhos mútuos, em oposição às relações desiguais próprias do jogo de soma zero realista (MARTINS, 2014).

Esse panorama se condensa como um processo de reposicionamento estratégico, no 10º Plano Quinquenal (2001-2005)<sup>12</sup>, 11º Plano Quinquenal (2006-2010)<sup>13</sup> e 12º Plano Quinquenal (2011-2015)<sup>14</sup>. Porque diferentemente dos Estados Unidos, ou mesmo da, então, União Soviética, que laçavam mão da narrativa da ameaça, portanto, da urgência da defesa. A China baliza uma ação política associada à não-interferência em assuntos internos dos parceiros. E, através do discurso da ascensão pacífica, evita reproduzir uma guerra ideológica contra o *hegemon*. Ao passo que procura estabelecer um debate sobre seu papel e suas capacidades nas Relações Internacionais (MAGALHÃES, 2015).

A cooperação com os parceiros econômicos passa a ter mais importância para a política chinesa, uma vez que sua estratégia é operacionalizada por instrumentos de ordem econômica como meio de propor uma coexistência pacífica de diversos poderes, evitando a contestação. Sobretudo, por um lado, diante da necessidade de manutenção do modelo estabelecido de desenvolvimento com a conseguinte demanda por *commodities* e por fontes de energia. na África, continente com abundantes reservas naturais e historicamente subjugado a poderes estrangeiros (ILHEU, 2010).

Assim é plausível afirmar que a influência sino resulta mais da sua importância e participação no mercado internacional, do que de suas políticas em favor da constituição de

---

<sup>12</sup> O 10º Plano Quinquenal Chinês (2001-2005) previa como tarefas básicas principais: (i) uma taxa de crescimento próxima aos 7% ao ano, (ii) controlar a taxa de desemprego aos 5%, (iii) manter preços estáveis e o equilíbrio entre as receitas e despesas internacionais (em renminbi), (iv) otimizar a estrutura da indústria nacional para uma maior competitividade, (v) controlar as disparidades internas entre as regiões (CNPC, 2001).

<sup>13</sup> O 11º Plano Quinquenal Chinês (2006-2011) previa, como tarefas guias: (i) manter uma taxa de crescimento próxima aos 7,5% de crescimento anual, saindo de 18 trilhões de yuan, em 2005, para 26 trilhões de yuan em 2010, (ii) alcançar um nível de 47% de urbanização em 2010, (iii) cair 20% o consumo de energia por unidade do PIB em cinco anos, (iii) diminuição da área usada para o cultivo de 122 milhões de hectares, em 2005, para 120 milhões em 2010, (iv) alcançar 45 milhões de empregos criados para residentes urbanos em cinco anos, (v) transferir 45 milhões de empregos rurais para as cidades (CNPC, 2006).

<sup>14</sup> Por sua vez, o 12º Plano Quinquenal da China (2011-2015), primeiro plano depois da crise do sistema financeiro, debateu longamente as prioridades chinesas, o aumento do consumo interno e o crescimento da desigualdade. O plano implementou uma política monetária ampla, acelerou a reestruturação econômica para poder dar respostas a desafios complexos. O plano previa: (i) investimentos em inovação, (ii) interiorização da indústria, (iii) alcançar uma taxa de urbanização de 51,5%, (iv) alcançar 83 mil km de rodovias expressas e 45 mil km de ferrovias de alta velocidade, (v) investir em agricultura moderna de alta tecnologia através de investimentos externos (CNPC, 2011).

uma nova ordem. O que condiz com a retórica do país de desenvolvimento harmonioso e, concomitantemente, adquire a confiança dos outros em sua habilidade, em algum sentido, de criar crédito (MCCORMICK, 2008). Yahuda (2004) sistematiza esse debate da seguinte maneira:

A China estabeleceu relações funcionais com os Estados Unidos, baseadas no reconhecimento que apesar de suas diferenças e de conflitos ocasionais de interesse, os dois Estados compartilham o compromisso de preservar a Ordem Internacional na região na qual ambos se beneficiam. A China também desenvolveu relações não-conflitivas com os outros poderes regionais, Japão, Rússia e Índia. As trocas econômicas estão crescendo. [...] A China desenvolveu relações com vizinhos menores por meio de instituições multilaterais. [...] A ascensão da China não necessariamente virá às custas dos outros e a hegemonia norte-americana pode acomodá-la [...] existe pouco no ambiente internacional que pode atrapalhar esta ascensão pacífica (YAHUDA, 2004, p. 309-310).

Tal análise corrobora o argumento de Susan Strange (1994) de que o crédito é a origem dos investimentos em países centrais da Ordem Internacional. Bem como o argumento de Cohen (2003) de que a moeda descreve as esferas de legitimidade, prestígio e influência com a concentração de preferências em poucas moedas hegemônicas. São estas poucas moedas dotadas de prestígio e legitimidade as capazes de criar crédito e verdadeiramente projetar poder. Isto plasma o ímpeto da política chinesa como política de projeção e inserção e a busca por solucionar diferenças de interesses.

No entanto, a incerteza sobre este discurso centra-se no interesse nacional e no papel que ele assume na agenda chinesa e sua capacidade de gerir suas diferenças com o *hegemon*. O que reforça a possibilidade de conflito, ou ao menos de ação imperialista, uma vez que fórmula de um desenvolvimento que não desafie interesses nacionais de outro é quase nulo, ainda mais num âmbito de *débâcle* hegemônica.

Apesar de não ser o objetivo principal deste artigo, é necessário compor o cenário no qual os instrumentos de ordem econômica não são totalmente desprovidos da ação estatal, porquanto, influenciados pelo nacionalismo e pela não coexistência pacífica de diversos poderes. Sobretudo, porque as capacidades de poder material *mainstream* continuam porvir. Capacidade militar, capacidade econômica e capacidade tecnológica são também estruturas de uma abordagem imperativa (CHAN, 2005).

A capacidade econômica é *conditio sine qua non* do poder militar, que por sua vez é insuficiente sem a capacidade tecnológica, a qual tem por função potencializar ambas as capacidades e, enfim, destacar os interesses do Estado. Que porventura, pode vir a entender a perda da hegemonia em um destes elementos como perder a interação simbiótica do todo, que mantém a assimetria da Ordem Internacional em seu favor (CHAN, 2005).

O que levanta questionamentos sobre se à medida que o poder chinês ganhar ímpeto e seu *status* se consolidar, as chances de o país estar “escondendo seus talentos em prol do momento oportuno”<sup>15</sup> se tornem fonte de um desequilíbrio entre os atores na balança de poder (CHAN, 2005). Há, de fato, importantes indícios de que a China está repensando seu papel na Ordem Internacional, no que diz respeito à manutenção e revisão de regras e normas globais que estão postas (LAGERKVIST, 2009).

Contanto, tais contestações estão se dando, por ora, via meios econômicos, na articulação com fornecedores e consumidores, principalmente, no uso do renminbi como meio de pagamento e de reserva com o objetivo de diminuir dependência chinesa da moeda americana. A demanda por *commodities* e fontes de energia abundantes passa a ser facultada com a internacionalização de sua moeda com países parceiros (MARTINS, 2014).

### 1.3. CONSIDERAÇÕES

A política da China de projeção e inserção mantém o histórico princípio *tao guang yang hui*, que se traduz no forte pragmatismo e na continuidade das estratégias estabelecendo o debate sobre suas capacidades e seu papel na Ordem Internacional. Este posicionamento fortalece a retórica de uma harmonia entre a coexistência de diversos poderes.

Ao passo que a China, no plano interno, fortalece a estabilidade do Estado Nacional; no plano externo, sustenta a diminuição das vulnerabilidades internas e externas, através de meios econômicos que resultem em ganho de autonomia e recursos. O que se traduz em manutenção da soberania e neutralização da ingerência hegemônica.

O *modus operandi* da política não confrontacionista preserva a identidade da China e sua integridade nacional, bem como estabelece políticas que visam a internacionalização do renminbi, que ainda inicia sua trajetória no sistema financeiro internacional como meio de troca ou reserva de valor. No entanto, o tamanho de sua economia cada vez mais atrai parceiros em busca de estabilidade e crescimento em relações *ganha-ganha*. Ainda assim, o fato de a moeda chinesa não ser uma moeda internacional limita sua projeção circunscrevendo-a a um grupo geográfico limitado.

Contudo, o renminbi pode se tornar uma moeda-reserva importante, mas não a dominante. Para isto, a China precisa abandonar algumas políticas, que serão debatidas mais

---

<sup>15</sup> O conceito *tao guang yang hui* (que pode ser traduzido por “esconder os talentos e esperar o momento oportuno”), desenvolvido por Deng Xiaoping (CHAN, 2005).

adiante em outra seção. Não basta articular com fornecedores e consumidores, num plano reduzido, para adotar a moeda se não existe confiança o suficiente para tal.

O uso do consenso tem se mostrado mais efetivo do que o uso da coerção. Por conseguinte, no caso da China, a distinção sobre o conceito de poder adotada por Susan Strange demonstra-se altamente explicativa e dá possibilidade para inúmeras conclusões. De maneira especial, num momento em que a financeirização do capital remodela a todo instante tanto economias periféricas, como, inclusive, economias centrais.

A formulação de uma Ordem Internacional multilateral proporciona mais espaço para reivindicações e equilíbrio entre os Estados. Contudo, não significa o fim de uma ordem-anárquica-hegemônica dentro do sistema internacional. À parte de ser uma alternativa, essa formulação pode representar uma nova roupagem de balanceamento de poder entre grandes potências, representando uma nova etapa no imperialismo.

## **2. A DIPLOMACIA DO RENMINBI: UMA PROJEÇÃO DO PODER CHINÊS**

Posto o objetivo geral deste estudo ser a existência de uma articulação política da China, com fornecedores e consumidores, para a internacionalização do renminbi como meio de pagamento e de reserva. Ou seja, trata-se de uma articulação para a inserção da China na África, através da moeda. A presente seção pretende analisar esse cenário estratégico chinês de projeção da moeda internacionalmente como uma diplomacia do renminbi que perpassa Angola, Sudão e Moçambique, com impactos sistêmicos no sistema financeiro e na Ordem Internacional.

Essa linha temporal de transformações, tem origem anterior à crise financeira global, em 2008<sup>16</sup>. No entanto, a crise do *subprime* trouxe à pauta da política internacional, com maior intensidade, o debate da reação da China, altamente pragmática e uníssona no seu discurso de desenvolvimento harmonioso, sobre seu papel e suas capacidades. O que se plasmou numa articulação, com tentativas graduais e planejadas de reduzir sua dependência da moeda americana e de seu predomínio no sistema financeiro internacional, que enseja uma relação intrínseca entre poder e moeda, como componente estratégico para esta projeção-reação (MARTINS, 2014; OVERHOLT, 2016).

Segundo Fiori (2008), a realidade global tecida é a de perspectivas complexas, na qual os vetores fundamentais de poderes emergentes estão moldando o futuro. A China, desde os

---

<sup>16</sup> Haja vista as próprias transformações de curto, médio e longo prazo estabelecidas em 1978, ou ainda, a entrada da China na OMC, em 2001.



umbrais do século XXI, com um crescimento vigoroso similar ao de períodos anteriores de transição de potências, traz desafios para a manutenção do *statu quo* da potência hegemônica, como também para outros Estados do centro, e inclusive para os Estados da periferia da Ordem Internacional.

No que tange à internacionalização da moeda chinesa, dentro do marco temporal adotado por esta pesquisa, cinco são as ações-marco que sustentam a existência da articulação chinesa para reduzir a sua dependência de dólar e projetar o renminbi como moeda internacional: logo após a crise do sistema financeiro, (i) em 2009, houve a implantação das primeiras transações nos sistema financeiro em renminbi entre cinco cidades na China com Hong Kong, Macau e outros países da ASEAN; o segundo passo ocorreu (ii) em 2010, quando o programa foi estendido para mais outras vinte províncias chinesas e o mercado foi aberto para o investimento de Bancos Centrais estrangeiros; no ano seguinte, (iii) em 2011, houve o alargamento deste tipo de transação para toda a China permitindo o acesso de investidores internacionais a ativos em renminbi; então, (iv) em 2012, o Banco Central da China permitiu o alargamento dessas transações a todas as empresas chinesas com permissão de importação e exportação; (v) nos anos de 2014 e 2015, enfim, os investidores institucionais do sistema financeiro acessaram ao mercado cambial (LIAO e MCDOWELL, 2016). No entanto, o maior passo para a internacionalização do renminbi, talvez, tenha sido concretizado, no ano de 2016, já no 13º Plano Quinquenal, quando a moeda passou a integrar a cesta de moedas que o FMI utiliza como divisa de reserva (Direitos de Reserva de Saque), na qual estão o dólar<sup>17</sup>, o euro<sup>18</sup>, a libra<sup>19</sup> e o iene<sup>20</sup>. Concretizando o poder político da moeda (BANCO MUNDIAL, S/A).

Estes marcos moldam o chamamento chinês para a cooperação, para a desterritorialização das ameaças à segurança, ao mesmo tempo em que fortalecem o instrumento de projeção de poder chinês: o uso político de instrumentos econômicos, que este estudo denomina diplomacia do renminbi. Sobretudo, porque o uso do consenso tem se mostrado mais efetivo do que o uso da coerção, num momento em que a financeirização do capital remodela a todo instante tanto economias periféricas, como, inclusive, economias centrais (MARTINS, 2014).

---

<sup>17</sup> Principal moeda de reservas internacionais, o dólar americano (BANCO MUNDIAL, S/A).

<sup>18</sup> Moeda comum da União Europeia é um complexo de moedas, a segunda moeda mais utilizada como reserva internacional (BANCO MUNDIAL, S/A).

<sup>19</sup> Ou libra esterlina, para diferenciar daquela italiana, tem sua origem atrelada à prata. É a moeda do Reino Unido, uma das mais fortes do sistema monetário (BANCO MUNDIAL, S/A).

<sup>20</sup> Moeda japonesa, que é definida por lei como atrelada à uma proporção de peso da prata, porém, seus mecanismos de definições são aqueles de oferta e demanda. É uma das moedas mais destacadas como moeda de reserva (BANCO MUNDIAL, S/A).

Por conseguinte, embora a formulação de uma Ordem Internacional multilateral proporcione mais espaço para reivindicações e equilíbrio entre os Estados, isto não significa o fim de uma ordem-anárquica-hegemônica dentro do sistema internacional. À parte de ser uma alternativa, essa formulação pode representar uma nova roupagem de balanceamento de poder entre grandes potências, tornando-se uma nova etapa do imperialismo (LENIN, 1984; CHOMSKY, 2006).

De fato, é viável que o renminbi torne-se uma moeda-reserva importante, apesar de, possivelmente, por ora, não se consolidar como a dominante. Já que para isto a China precisa abandonar algumas políticas que limitam a capacidade da moeda. Não basta articular com fornecedores e consumidores, num plano reduzido, para adotar a moeda se não existe confiança o suficiente para tal. É necessário perpassar esse cenário. O sistema financeiro se apresenta como um instrumento capaz de disseminar essa projeção, porém, quanto a questão da ascensão pacífica num âmbito hegemônico muitas dúvidas são alçadas.

Ao explanar sua perspectiva sobre a coexistência pacífica e a esfera internacional de segurança, em festividades do Partido Comunista da China, Jiang Zemin intende que:

A comunidade internacional deve adquirir um novo conceito de segurança que tenha como núcleo a confiança mútua, o benefício recíproco, a igualdade e a colaboração, e o esforço pela criação de um ambiente internacional pacífico caracterizado pela estabilidade e segurança duradoura. Todos os países devem fortalecer os intercâmbios e cooperações econômicas e tecnológicas e alterar passo a passo a ordem econômica internacional injusta e pouco razoável, de modo que a globalização econômica alcance o objetivo de benefício e existência para todos (JIANG, 2002, p. 563).

Deste modo, a proposta chinesa seria um revide à globalização e às intensas mudanças que conforma consigo. Por outro lado, a integração da China na comunidade global decorre de um projeto sobre seu papel e suas capacidades, no Cenário Internacional. Ademais, ao acentuar os instrumentos econômicos como estratégicos, operacionaliza-se uma abordagem de projeção e inserção, que mesmo harmonizando o conceito político ao econômico, que pode eventualmente gerar conflitos de balanceamento com outras potências<sup>21</sup>.

## 2.1. PROCESSO DE INSERÇÃO GLOBAL CHINÊS: A DIPLOMACIA DO RENMINBI (FORTE NO SISTEMA FINANCEIRO)

---

<sup>21</sup> Na perspectiva chinesa, existe de fato uma opção pela ascensão pacífica de estabelecer-se como grande potência (BIJIAN, 2005). A economia passa a ser o motor, no Cenário Internacional, desta alavancagem e sustentáculo da trajetória de protagonismo.

A literatura dá indícios de defender consensualmente que a abertura chinesa foi possível, especialmente, pela marcha gradual das mudanças internas articuladas num plano estratégico de curto, médio e longo prazo, iniciada com Deng Xiaoping, em 1978 (MARTINS, 2014). Em contraposição à experiência de um modelo de rápidas transformações (*big bang*<sup>22</sup>) como as ocorridas na Rússia ou em outros países europeus (RODRIK, 2005).

Transcorrer por essa mudança gradual da China em direção à economia global, é primordial para compreender o conceito de ascensão pacífica e de projeção através de instrumentos de ordem econômica, debatidos na primeira seção. Segundo Guthrie (2006), o comportamento da China, na política internacional, é um projeto global, inicialmente baseado na busca de novas tecnologias e financiamento<sup>23</sup>. Para o autor, ainda, num segundo momento, este projeto está baseado na busca de uma mudança social doméstica. Porquanto, um projeto estratégico de longo prazo que se cristaliza cada vez mais nos Planos Quinquenais, especialmente, no 11º Plano Quinquenal (2006-2010) e no 12º Plano Quinquenal (2011-2015) se contraposto a planos anteriores.

Para tanto, Guthrie (2006) argumenta que há três fatores importantes para a transformação econômica da China: (i) as reformas do Governo Central, capazes de incentivar a exportação, ao passo que se liberalizava o mercado interno; (ii) a descentralização no processo de tomada de decisão, com o incentivo para criação de autoridades locais fortes; (iii) o estabelecimento de uma economia privada, com a reforma das organizações industriais, sem com isso estabelecer um processo de privatização. Ou seja, houve um incentivo para a concorrência entre as empresas estatais para a criação de novos mercados.

A integração da China na comunidade global aconteceu, portanto, a passos breves, pragmáticos e contínuos, capazes de atrair capital estrangeiro e tecnologia, para ampliar sua capacidade de produção e exportação. De forma que esta integração correspondesse às aspirações chinesas de projeção de poder, que se plasmaram em profundas transformações. No plano econômico, com um crescimento dinâmico e intenso, capaz de atrair muita atenção e um planejamento para a projeção do renminbi internacionalmente, consolidando e expandindo. No plano político, com a adesão a instituições internacionais como a UNESCO, a OMS, o FMI, o Banco Mundial e, finalmente, a OMC, marco inicial desta análise (MEDEIROS, 2006; GUTHRIE, 2006; WANG, 2007).

---

<sup>22</sup> Rodrik (2005) é quem concede este nome *big bang* às frustradas transições econômicas com o choque de economias planejadas do bloco soviético para definições liberais num paralelo ao evento físico.

<sup>23</sup> “O que é investido nas economias avançadas é crédito e não dinheiro, e [...] crédito pode ser criado. Não precisa ser acumulado. Assim, quem seja que adquira a confiança dos outros em sua habilidade de criar crédito vai controlar uma economia capitalista – e também uma socialista” (STRANGE, 1994, p. 30)

### 2.1.1. Um renminbi forte

Diferentemente, da grande maioria das moedas correntes, em que o nome da moeda é igual à unidade. Na China, a moeda possui um nome (renminbi), enquanto sua unidade monetária possui outra nomenclatura (yuan). Eventualmente, yuan e renminbi podem ser utilizados indistintamente como simplificações da mesma unidade monetária.

No entanto, as peripécias do caso chinês se alongam na existência de dois mercados distintos: um mercado interno (*on-shore* renminbi) e um mercado externo (*off-shore* renminbi), que se distinguem nas regras de transação. Isto faz com que a moeda chinesa seja conversível para grande parte das transações em conta corrente<sup>24</sup>, contudo para as transações de conta capital<sup>25</sup>, as transações se tornam mais restritas (IMF, 2013).

Não obstante essas propriedades, transformar o renminbi em uma moeda forte evita a escassez de liquidez advinda de uma crise de crédito, no sistema financeiro internacional, ou ainda, reforça o valor nacional ao contrapor-se à potência hegemônica. Logo, esse processo se confunde com a internacionalização do renminbi, cujos os benefícios para a economia se potencializam em oportunidades de contratos internacionais, na moeda nacional, para as empresas chinesas. Portanto, contratos com menor exposição à variação da taxa de câmbio e com redução dos custos de transação entre moedas, além do acesso a empréstimos de custo baixo (PRASAD, 2016).

Para as empresas com negócios na China a opção por ter acesso ao renminbi como moeda internacional é a possibilidade de alargar a cartela de clientes, obter renminbi como reserva de valor e acesso aos investimentos do governo chinês. Ou seja, os benefícios para os parceiros da China são tão amplos quanto para o próprio sistema sino, com crédito favorável, possibilidade de aumentar a capacidade de realizar negócios e ampliar a gama de serviços e produtos (PRASAD, 2016).

Por fim, para a China, significa emitir uma divisa internacional com aceitação para o sistema de reservas internacionais, que além do prestígio e peso político, dá a capacidade de, em algum sentido, emitir dívida em mercados internacionais, criando crédito e finalmente reduzindo a necessidade de reservas em moedas estrangeiras (IMF, 2013).

---

<sup>24</sup> Termo contábilístico para definir uma conta ordinária para movimentações bancárias.

<sup>25</sup> *Grosso modo*, é um termo contábilístico para definir um valor em participação de investimentos.

Paralelo a isto, o tamanho e a importância da China para o sistema financeiro internacional fortalecem as potencialidades do renminbi. Portanto, estabelecer o renminbi como moeda internacional, também, é a possibilidade de expandir negócios e parceiros comerciais, com a oportunidade de dar prazos, constituir contratos segundo seu interesse e acima de tudo diminuindo riscos (IMF, 2013). Mas, este processo depende também da capacidade de uso do renminbi, da sua capacidade de fluir pelo sistema financeiro internacional, e de funcionar como moeda de reserva (a compra por Bancos Centrais Estrangeiros).

A ação da China de procurar parceiros para regionalizar os processos de instauração das plataformas de comércio em renminbi permitem a promoção da moeda como reserva, ao mesmo tempo em que consolida o comércio bilateral. Apesar das dificuldades, por causa das imensas contradições deste processo. Ao fim e ao cabo, a China paulatinamente tece, com essas articulações, uma independência do dólar como moeda de reserva, criando *pari passu* uma maneira de financiar déficits comerciais (PRASAD, 2016).

No âmbito comercial, a China é uma potência, no entanto, sua capacidade de projetar sua moeda, ainda, é limitada. Posto que, as demais moedas com alcance internacional estão atreladas a grandes mercados financeiros caracterizados pela liquidez, transparência e abertura. Características ausentes no cerne do renminbi. Sem embargo, resolver essas questões, reduzindo a desconfiança sobre sua moeda, expandindo seu uso em transações internacionais, conflui como oportunidade de transformar o renminbi de uma moeda de alcance comercial para uma moeda de alcance internacional, com capacidade de reserva (EICHENGREEN, 2009).

### **2.1.2. A projeção do renminbi e o sistema financeiro**

Nesse processo do Milagre Chinês, fica manifesto como o desenvolvimento econômico chinês não foi acompanhado do desenvolvimento do mercado financeiro e monetário, nos mesmos índices de outros países centrais. Diferentemente, do que se deu no Ocidente, e, inclusive, no Japão.

O posicionamento Chinês desde o período das reformas foi o de tornar-se uma grande potência. Mas, os grandes passos para a projeção através da moeda internacional se reforçaram somente a partir da crise de crédito de financiamento do sistema internacional. Porquanto, numa ação reacionária à crise e de reposicionamento estratégico (OVERHOLT, 2016).

De fato, alguns autores como Prasad (2016), defendem que as políticas chinesas de promoção do renminbi são extensão dos objetivos macroeconômicos estabelecidos nos planos e adotadas gradualmente no mercado financeiro. Nesse sentido, Farhi e Cintra (2009)

identificam no fato de o governo chinês iniciar um processo de política cambial, em junho de 2008, de valor fixo, encerrando um processo de flutuação do renminbi frente às moedas internacionais como um meio de responder à retração econômica mundial à época. Mesmo tendo custos internos para tanto com a limitação da saída de capital. Um tipo de ação que foi igualmente tomado por outros governos.

Entre junho de 2007 e março de 2009, houve vários momentos mais agudos da crise, com repercussões acentuadas nos mercados interbancários globais. Esses momentos ficaram explícitos no comportamento da chamada TED spread – a diferença entre a taxa dos títulos do Tesouro americano de três meses (no mercado secundário) e a *London Interbank Offered Rate* (taxa Libor) para os depósitos interbancários em eurodólar de três meses –, referência internacional para empréstimos entre bancos [...]. Apesar da acentuada queda da taxa básica de juros americana e da redução conjunta de taxas de juros das principais economias desenvolvidas, a TED spread persistiu em patamar elevado (FARHI e CINTRA, 2009, p. 8).

A fuga de capital da China foi gerada por uma busca loquaz por dólar americano, devido as intensas incertezas do mercado internacional. O que se reverberou na apreciação do dólar e consolidou a reposta do governo chinês de cessar a política de valorização do renminbi para não diminuir em demasia o volume de exportações (MCKINNON *et al.*, 2009).

A solução chinesa foi a utilização do renminbi como moeda de uso em trocas regionais numa articulação entre fornecedores e consumidores. Dessa maneira, a China com pragmatismo cambial manteve patamares de competitividade das exportações. Mas, devido aos efeitos *ad intra* e *ad extra* desta política econômica, o país adotou uma postura com vista à expansão regional como meio de contrabalancear a valorização da moeda americana, a fixação do câmbio e os efeitos adversos da crise financeira. *A posteriori*, já ao fim do 11º Plano Quinquenal (2006-2010), o governo chinês voltou a adotar o câmbio flutuante (VAMBERY, 2014).

Em síntese, o processo de fortalecimento do renminbi como moeda dentro do sistema financeiro internacional passou por diversos períodos, que podem ser resumidos em: (i) período de desvalorização deliberada, com o intuito de dar progressão às reformas que durou até o ano de 2005 (durante o 10º Plano Quinquenal – 2001-2005); (ii) o 11º Plano Quinquenal iniciou o processo de flexibilização da taxa de câmbio do renminbi para outras moeda, sobretudo, para o dólar, porém, sempre sob as rédeas do governo chinês. (iii) Um terceiro momento, acontece quando a recessão tomou o panorama do sistema financeiro internacional e a China se reposicionou estrategicamente passando a ampliar as trocas em renminbi regionalmente (localizados numa região geográfica determinada), com fornecedores e consumidores. (iv) Por fim, passado as marejadas do sistema financeiro, em 2010, no final do 11º Plano Quinquenal, as autoridades chinesas tornaram num *rallento* a flutuar a taxa de câmbio do renminbi, novamente.

## 2.2. OBJETIVOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO RENMINBI (DA DIPLOMACIA DO RENMINBI)

Um sistema financeiro-monetário internacional é ordenado em favor da moeda internacional vigente, do regime cambial, do grau de mobilidade de capitais e da extensão desse sistema, que a cada ciclo histórico se remodela dentro desses parâmetros (PRATES, 2005). Cohen (2006) ressalta que, dentro desta premissa há, intrínseco a ela, o posicionamento das moedas nacionais e o poder monetário dos Estados, determinado pela hierarquia política da Ordem Internacional. Usualmente, no formato de uma pirâmide, estreita no topo, com poucas moedas privilegiadas e larga na base.

As moedas mais fortes são aquelas, porquanto, pertencentes a Estados centrais, no sistema, com capacidade de desenvolver o papel de meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, embora, esta última função seja limitada e inclusive secundária, nos portfólios investidores. Já países centro-periféricos, os emergentes, apesar de serem fortes economicamente, devido aos múltiplos problemas domésticos acabam por serem incapazes de emitir dívida externa na própria moeda, impossibilitando a conversibilidade da moeda (PRATES, 2005).

Portanto, a internacionalização de uma moeda depende em grande medida dos diferentes graus de autonomia do Estado de executar as políticas domésticas econômicas, uma vez que países emergentes possuem limitadas capacidades de projetarem suas moedas internacionalmente. Países centrais, ainda que sob jugo hodierno da supremacia do dólar, conseguem estabelecer uma política econômica autônoma, até mesmo, se necessárias, políticas anticíclicas. Desse modo, atrela-se moeda de reserva internacional à hierarquia do sistema com reflexos *ad intra* e *ad extra* nos Estados.

Países que se concentram na base da pirâmide solem necessitar do acúmulo de moeda internacional para poderem participar do páreo comercial internacional, já que há a inconvertibilidade da moeda. Outrossim, não acumular moeda-chave seria sujeitar a nação ao caos anárquico internacional, cuja característica mais vivaz é sintetizada pelo poeta latino Plauto: “*Lupus est homo homini lupus*”, usada posteriormente por Hobbes.

Para a China, no que diz respeito ao seu papel na Ordem Internacional, é de suma importância conquistar que o excedente dos parceiros e consumidores se torne reserva em renminbi, posto que justamente esse excedente permitiria o país de desvincular-se da moeda-

chave vigente, cujo resultado se consolidaria na autonomia nacional e na defesa dos interesses estratégicos do país.

É possível, então, identificar o pragmatismo e a continuidade como prioridade que sustenta a estabilidade das mudanças que ocorrem na China. Porquanto, o país, ao intender a ascensão ao centro de poder, identifica no seu crescimento econômico a possibilidade de diminuir vulnerabilidades interna e externamente (SUTTER, 2012). Isto se dá, sobretudo, com autonomia na Ordem Internacional, com projeção de poder – com muita ênfase nos instrumentos econômicos de projeção – além de políticas que visem eliminar efeitos da ingerência estrangeira. Ao fim e ao cabo, a China fortalece o Estado nacional e mantém o discurso da ascensão pacífica, quase uma revolução silenciosa caracterizada pela ruptura dos grilhões econômicos impostos pelo subdesenvolvimento, porém, sem perder a identidade de cooperação e desenvolvimento, próprias de países periféricos. Yahuda (2004), ainda, reforça esse caráter de desenvolvimento sem ruptura:

A China estabeleceu relações funcionais com os Estados Unidos, baseadas no reconhecimento que apesar de suas diferenças e de conflitos ocasionais de interesse, os dois Estados compartilham o compromisso de preservar a ordem internacional na região na qual ambos se beneficiam. A China também desenvolveu relações não-conflitivas com os outros poderes regionais, Japão, Rússia e Índia. As trocas econômicas estão crescendo [...]. A China desenvolveu relações com vizinhos menores por meio de instituições multilaterais [...]. A ascensão da China não necessariamente virá às custas dos outros e a hegemonia norte-americana pode acomodá-la [...] existe pouco no ambiente internacional que pode atrapalhar esta “ascensão pacífica” (YAHUDA, 2004, p. 309-310).

Através desse conceito, a China projeta sua moeda internacionalmente, com muito pragmatismo e continuidade, aumentando sua presença no sistema internacional, ao moto do pacifismo. No entanto, as dúvidas de até quando essa política se manterá são consistentes, não pela atitude chinesa, necessariamente, mas pela própria natureza da Ordem Internacional, uma acomodação hegemônica com a formação de uma diarquia internacional estável é pouco provável. Já que, também, essa ascensão diuturna silenciosa remeta em algum sentido à incapacidade do *hegemon* de lidar com uma nação revisionista que se projeta tanto geopoliticamente, criando suas redes de fornecedores e consumidores, como economicamente, sobre a mesma base criando um impulso para sua economia, garantindo acesso a recursos naturais, internacionalizando suas empresas, criando mercado para seu setor industrial, expandindo o *know-how* chinês (CARMODY e UWUSU, 2011).



### 2.3. PERSPECTIVAS DA DIPLOMACIA DO RENMINBI: IMPACTOS SISTÊMICOS, RUMO A UM SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL MULTIPOLAR?

As perspectivas para essa diplomacia do renminbi ainda são limitadas, porque essa projeção chinesa ainda não possui resultados políticos mais intensos. A articulação com fornecedores e consumidores é, porém, a forma mais efetiva da China iniciar a projeção da sua moeda.

A internacionalização do renminbi possui potencial para limitar as trocas nas demais moedas do cesto do sistema financeiro internacional (aquelas moedas ao topo da pirâmide como o iene, o euro, a libra esterlina ou o dólar). No entanto, esse potencial está limitado à meio de pagamento entre as trocas comerciais da China com seus fornecedores e consumidores. Esta restrição é natural, porque há um sistema político-econômico *sui generis* em vigor na China. Isto se torna impedimento para a função de reserva de valor, a função mais política de uma moeda. Sobretudo, porque não evidências de um declínio do dólar, mesmo em meio às crises recentes (SUTTER, 2012; PRASAD, 2016).

Ao desenvolver esse argumento, Prasad (2016) ressalta que a diplomacia do renminbi é única, como política de internacionalização de uma moeda. Especialmente, pelas reformas gradativas nas suas contas de capital e, então, nos demais tipos de reformas do seu sistema financeiro. O renminbi ainda representa pouco mais de 3% de todas as operações de comércio e demais transações financeiras, pondera o autor.

Se, por um lado, essa limitação do renminbi, ante suas possibilidades *in re*, é uma verdade, a inclusão da moeda como parte da cesta dos Diretos Especiais de Saque do FMI, em 2016, também o é, acima de tudo pelo simbolismo deste ocorrido<sup>26</sup>. Essa conquista fortalece o renminbi e incentiva seu uso como moeda de reserva de valor. Prasad (2016) discorre sobre o tema afirmando que a inclusão representa a oportunidade para a alavancagem de políticas econômicas chinesas mais fundamentadas para acordos de comércio e de investimento com países centrais e, eventualmente, para a criação de uma abertura econômica.

Para exemplificar esse debate, deve-se utilizar a análise feita por Eichengreen e Lombardi (2017). Os autores levantam qual a moeda referências para cada um dos continentes, entre dólar, euro e renminbi. Neste estudo, os resultados apontam para o dólar como dominante na Europa, Ásia e América. O euro como dominante na Europa Ocidental. O renminbi como

---

<sup>26</sup> Apesar deste estudo, não compreender o ano de 2016, a tomada de decisão por incluir o renminbi na cesta DES do FMI é de 2015, efetivando-se no ano seguinte. Ademais de todo o simbolismo que está ação acarreta para a Ordem Internacional.

moeda dominante nas economias da ASEAN, com avanço significativo na África e na América do Sul, além de países da periferia do euro (EICHENGREEN E LOMBARDI, 2017).

O estudo aponta, também, para a importância de fatores institucionais, como uso de bancos estatais, ou bancos de investimento para a promoção de políticas econômicas, com destaque para a China, que promove empréstimos internacionais, através do *China Development Bank* e do *EXIMBANK of China*<sup>27</sup>. Os quais, por sua vez, fazem os contratos em renminbi com a finalidade de financiar as importações de origem chinesa e a contratação de empresas chinesas, como as da construção civil. Estes contratos estão sendo articulados com países da África e da América do Sul, principalmente (EICHENGREEN E LOMBARDI, 2017).

Outra importante articulação da China, para dar base à consolidação do renminbi como moeda global, é o *Asian Infrastructure Investment Bank* que concede empréstimos na área de infraestrutura na região do Pacífico, mas com adesão global, com membros na Ásia, na Europa e no Oriente Médio. Porquanto, fica notório como há articulações programáticas e pragmáticas por parte da China em transformar sua moeda como um ativo seguro. A diplomacia do renminbi é factível e aponta para grandes impactos sistêmicos, especialmente, pelo caráter multipolar que esta política tem como característica, apesar de suas limitações. O desafio chinês, porém, é maior domesticamente do que internacionalmente. Apesar da presença da moeda ainda ser tímida.

#### 2.4. CONSIDERAÇÕES

A projeção da China está se concentrando na América do Sul, na África e na Ásia. Periferias da Ordem Internacional. O acesso chinês à *commodities* e outros recursos naturais, e a transferência de tecnologia à países periféricos são as principais articulações em renminbi feitas pelo país. Esse fato permite a agregação de valor de forma a não necessitar realizar as trocas na moeda-chave do sistema.

O acesso à China para os países periféricos, por sua vez, significa acesso ao maior mercado consumidor do globo. Um país com assento permanente no Conselho de Segurança. Um país que cresce a taxas altas e constantes. Um país que projeta sua moeda, ao passo que necessita realizar uma reforma interna, possibilitando poder de barganha para as mudanças em todo o sistema. Estas relações poderão se consolidar como importantes numa eventual mudança do padrão dólar.

---

<sup>27</sup> O Banco de fomento de Exportação e Importação da China com papel crucial no crescimento do país. Foi fundado em 1994.

Porém, as teses de substituição do dólar pelo lastro do renminbi, não dão possibilidade de verificação neste cenário. As perspectivas sobre o sistema financeiro internacional fazem pensar que a importância da moeda chinesa tende a crescer constantemente, de modo muito simbólico, nas transações comerciais. Os investimentos em infraestrutura são uma prioridade da China. Investimento que requer valores vultuosos e que permitem acesso a mercados e à matéria-prima, portanto, um investimento de via dupla.

Estas articulações são constatações da aspiração da China de tornar-se uma potência econômica mundial. Isto implica na contraposição ao *hegemon*. Por mais que a tese de pacifismo chinês se demonstre factível. Há inúmeros pontos obscuros. Não se sabe como será a reação dos poderes hodiernos ante a ascensão de um poder contestador. Ademais, pouco se sabe sobre os meandros deste discurso sobre o nacionalismo do Estado Chinês. Tampouco das implicações geopolíticas desta ascensão e da própria diplomacia do renminbi, já que enquanto a geografia existir a moeda estará ligada a interesses estatais.

Essa expansão não belicosa pode dar sinais dos interesses chineses no sistema: ascender à potência global, ser reconhecida como tal, sem criar atritos com os poderes constituídos. Porém, esse caso *sui generis* da Ordem Internacional traz consigo inúmeros desequilíbrios e contradições *ad intra* e *ad extra*, cujos resultados são ignotos.

### **3. A PROJEÇÃO DO PODER CHINÊS NA ÁFRICA**

As relações China-África, caracterizadas por uma intensa expansão dos investimentos e do comércio, costumam ser abordadas na literatura tanto de modo receptivo, como de modo cauteloso. Desta forma, o avanço veloz da China no continente africano chama ainda mais a atenção. Esta seção, por sua vez, pretende ilustrar a presença chinesa na África como parte de um processo pragmático e constante de projeção política composta de um elemento estratégico econômico, cuja função é promover o poderio do Estado Chinês.

No aspecto mais recente, escolhido por este estudo, o recorte temporal dos três planos quinquenais – 10º Plano Quinquenal (2001-2005), 11º Plano Quinquenal (2006-2010) e 12º Plano Quinquenal (2011-2015) – as relações exteriores e a progressiva expansão da China levam em conta dois aspectos: os econômicos e os políticos internacionais. Em cima deste paradigma com o discurso da ascensão pacífica o reposicionamento estratégico da China exigiu ações, no que tange às relações comerciais, de assegurar acesso a recursos naturais, abundantes na África.

Para findar tal objetivo, o paradigma sino passou a utilizar instrumentos econômicos com caráter político através, por exemplo, de um sistema de crédito em renminbi, de cotas e incentivos alfandegários para sustentar sua linha de montagem de bens-duráveis. Ao passo que esse acesso trouxe consigo o debate sobre o papel da China nas Relações Internacionais, seus anseios hegemônicos, suas capacidades, sua projeção e inserção.

Como a África é um continente enorme, o segundo maior em extensão territorial, com infinitas nuances internas, a pesquisa estabeleceu como critério de seleção a proporcionalidade entre o tamanho da economia e o fluxo comercial (comércio e investimento direto), o que coloca Angola e Sudão como principais parceiros da China, na África. Por sua vez, Moçambique, apesar de exibir um fluxo comercial relativamente menor comparado a outros países – mantido o padrão estabelecido para análise – possui uma característica diferenciada, com contínuos déficits no fluxo comercial com o país asiático, o que o torna interessantes para análise.

Paradoxalmente às contradições internas da China, os investimentos chineses incentivam a industrialização, através de linhas de crédito em renminbi para equipamentos industriais, para mecanização da agricultura, produção de bens de consumo e obras públicas de grande porte (ILHEU, 2010). Mas, isto não significa a diminuição da pobreza, mesmo havendo uma cooperação totalmente econômica, com propostas que vão além dos investimentos no setor primário, porque, em última instância, correspondem a investimentos de interesse chinês. Não há um ponto de inflexão se comparado às pressões de instituições internacionais como o FMI, ou a OCDE (HODGES e TIBANA, 2004).

Não é de admirar-se que num ambiente assim, empresas estatais chinesas se expandissem, na África, com o auxílio do EXIMBANK que concede inúmeros empréstimos em renminbi para estreitar os “laços de amizade”. De fato, quatro são as principais veias de estreitamento das relações bilaterais com os países africanos: (i) a diplomacia, (ii) a política, (iii) a cooperação em termos de infraestrutura, recursos econômicos e humanos, (iv) a ajuda a fundo perdido, que se trata de perdoar dívidas em troca de investimentos em infraestrutura e facilitações burocráticas para aumentar exponencialmente as trocas (ILHEU, 2010).

O ponto de inflexão comparado às ações de Estados hegemônicos subjaz no fato de, para a China, não ser interessante o conflito e ações de política dura. Com a produção do país continuamente crescendo, a demanda por energia e *commodities* permanecendo em níveis altos, estabelecer um conflito é minar seu próprio crescimento. Isto corrobora com o argumento apresentado por Fiori (2008) que explana a necessidade de compreender o poder hegemônico como causa da instabilidade, especialmente, num ambiente de porosidade das fronteiras

nacionais para o capital produtivo. Ações imperiais se tornam um recurso indesejável de coação (FIORI, 1997).

Neste contexto, a África ganhou uma expressiva importância estratégica para a China. Um continente tradicionalmente sob ocupação de nações estrangeiras, especialmente, dos Estados Unidos e de países europeus. Porque, estabelecer o desenvolvimento africano é conquistar a confiança de novos parceiros que se confirmam como destino importante dos fluxos de capitais chineses e das suas manufaturas, com a China se consolidando, paralelamente, como destino basilar das exportações africanas (NOWAK, 2015).

A política (diplomacia) do renminbi adotada com a combinação de comércio e investimento, permite que a China realize o desenvolvimento de forma pacífica de âmbitos não explorados por ocidentais, ou de desinteresse ocidental, dado o pouco retorno financeiro, ou as incertezas políticas. Para a China é a ocasião de estabelecer-se como potência, na Ordem Internacional, e ser reconhecida como tal por outras nações.

Incorrer na diminuição do domínio do dólar se torna um imperativo para a China. Por isso, as tentativas graduais e planejadas de reduzir sua dependência da moeda americana, assim como de sustentar a projeção do seu poder, nos moldes do discurso de ascensão pacífica, que enseja numa relação intrínseca entre poder e moeda, como componente estratégico para esta projeção (reação).

### 3.1. A PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA: O CONTEXTO GERAL

O comércio China-África possui uma longa história. As trocas econômicas-comerciais da China com a África retomam mais de dois mil anos. A rota da seda alcançava o Antigo Egito. No mundo contemporâneo, por sua vez, essas relações se desenvolveram politicamente desde a década de 1950 e a década de 1960, alimentadas principalmente pelo posicionamento ideológico. No entanto, somente na década de 1990 com o crescimento de sua economia, que as relações de trocas sino-africanas voltaram a crescer e com taxas surpreendentes (EBNER, 2015). Contudo, é no século XXI que esse crescimento colossal é observado, de forma sólida, com um plano pragmático de trocas e cooperação econômica; quando a China combinou investimentos, comércio e ajuda internacional como forma de fortalecer o desenvolvimento e a cooperação sino-africana (NOWAK, 2015).

A China avança rumo à África, e diferentemente, dos países europeus que por lá estiveram, coopera com os países africanos independentemente de o país ser ou não democrático, respeitar ou não os direitos humanos. A China não influencia diretamente as

políticas domésticas de seus parceiros<sup>28</sup>. A diplomacia chinesa é fundamentada em oferecer empréstimos com juros baixos, em renminbi, em prol de projetos de prestígio empregando *know-how* chinês (ALDEN, 2014).

Segundo Carmody e Uwusu (2011), se na década de 1990, o comércio chinês com a África cresceu a uma taxa de 700%. Em apenas cinco anos, entre 2001 e 2006, o comércio sino-africano triplicou. Durante esse período 25% do petróleo consumido na China adveio da África. Segundo os autores, a China desde 2005 só fica atrás dos Estados Unidos como maior parceiro comercial da África, ao passo que, é o principal Estado exportador para o continente desde 2007, posição que era da Europa.

Apesar das taxas de crescimento chinês serem mais modestas ao final do 12º Plano Quinquenal (2011-2015), durante todo o período, desde o 10º Plano Quinquenal (2001-2005), a expansão sino acelerou o crescimento de outros países e, em 2013, essas trocas alcançaram o valor de US\$170 bilhões, com a África. Por trás destes números existe uma geoestratégica político-econômica: a garantia de acesso a recursos naturais, matérias-primas, *commodities*, bem como acesso a novos mercados, ainda que isto suponha criá-los, para a produção chinesa e, finalmente, a inserção e projeção internacional da China (CARMODY e UWUSU, 2011).

Tal comportamento mantém-se durante todo o período analisado da pesquisa, entre 2001 e 2015, embora, após a crise global financeira a tendência dos investimentos diretos chineses na África tenha se diversificado em serviços financeiros (empréstimos de juros baixos), em investimentos na infraestrutura e na manufatura, incluindo saúde e educação.

O grande desafio encontrado por esta pesquisa, ao analisar esses dados, fundamenta-se no fato de diferentes metodologias gerarem diferentes dados oficiais. Portanto os dados de origem chinesa diferem dos dados provenientes de outras fontes, como a ONU ou os Estados Unidos. A esse processo somam-se disputas geoestratégicas, como reconhecimentos de países. Apesar da diversificação dos investimentos chineses, em geral, são regidos para produções orientadas para exportação.

Os três países escolhidos para análise possuem histórias diferentes, estão geograficamente posicionados de modos diferentes. Se há o contraste, há as semelhanças: todos progressivamente intensificam as relações econômicas com a China. De forma que as políticas chinesas de inserção, no cenário internacional, consolidam seu papel de maior importância, na

---

<sup>28</sup> Por parte da China existe uma deferência à soberania dos países com os quais se relaciona. Isto enseja no entendimento de que manter influências (atos de *imperium*) é uma política cara, por conseguinte, não lhes é de interesse. Trata-se de uma versão diferenciada da adotada pelos Estados Unidos, como Estado Hegemônico.

Ordem Internacional, através de um processo pragmático e constante que utiliza o elemento econômico estrategicamente atrelado ao político com a finalidade de promover o poderio de seu Estado.

Todavia, seja o entendimento de pacífico ou não, essa inserção acontece à sombra do *hegemon*<sup>29</sup>. Porquanto, a seguinte subseção discutirá brevemente o papel da China na África, num contraste com o papel dos Estados Unidos. Por fim, seguem-se as análises da presença chinesa nos países-chave desta pesquisa confrontando dados chineses e dados de outras fontes.

### **3.1.1. A Presença da China e dos Estados Unidos na África: uma síntese dos investimentos diretos**

Para debater brevemente como a inserção chinesa acontece à sombra do *hegemon*, esta subseção pretende fazer síntese da articulação da China no continente africano em contraposição aos Estados Unidos. Uma política de projeção de poder através de instrumentos econômicos.

Um dos pilares do crescimento chinês tem sido o comércio exterior. A aproximação da China a países periféricos não reduz as trocas econômicas com os países centrais. Porém, amplia o comércio com o Sul Global<sup>30</sup> e corrobora com as intenções chinesas de autonomia ante países centrais (RIBEIRO, 2013). No entanto, essa aproximação é concentrada em entraves estratégicos.

Paralelamente, um tipo de investimento se destaca: os projetos de infraestrutura. Empresas Chinesas, de acordo com Oliveira (2008), estão construindo, financiados em renminbi, estradas, hospitais, portos, que são acompanhados de Institutos Confúcio criados para expandir a Cultura chinesa. Ao mesmo tempo, a transferência de tecnologia torna-se imperativo

---

<sup>29</sup> Enquanto para Arrighi e Wallerstein o *hegemon* é uma resposta funcional ao problema da ingovernabilidade de um sistema anárquico criado pela Paz de Westfália e do sistema financeiro internacional criado pela globalização e expansão das economias nacionais. Fiori (2005) advoga que sua divergência com os autores supracitados é teórica e expõe: “um hegemon não pode ser nem nunca será apenas um gerente funcional, nem tampouco uma forma ou função institucional que possa ser ocupada por qualquer tipo de governante coletivo. Ao contrário, a hegemonia mundial foi e sempre será uma posição de poder disputada e transitória, e nunca será o resultado de um consenso ou de uma eleição democrática. A posição hegemônica, portanto, é uma conquista, uma vitória do Estado mais poderoso num determinado momento, e nesse sentido é ao mesmo tempo um ‘ponto’ na curva ascendente desse Estado rumo ao império mundial. É um típico ponto de passagem, um momento de negociação ou um movimento tático imposto pela estratégia ascensional dos candidatos ao império global. Mas foi quando ocuparam essa posição transitória que os países hegemônicos puderam exercer as funções de um governo global, mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento econômico e político dos demais membros do sistema”.

<sup>30</sup> Santos (2007) ao debater o conceito de Sul Global explana a origem dessa distinção: “O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’”.

dessa relação, bem como a fonte dos financiamentos: empréstimos de longo prazo e juros baixos, em renminbi. Há ainda a ajuda humanitária de emergência. Essas interações propõem ser a presença da China na África uma alternativa ao modelo hegemônico.

Em 2000, Pequim abriu mão de forma voluntária de dívidas africanas legítimas no valor de 1,2 bilhão de dólares e nos cinco anos seguintes o comércio entre África e China aumentou de pouco menos de 10 bilhões de dólares para mais de 40 bilhões de dólares. A cada ano, mais empresários chineses – dez vezes mais em 2006 do que em 2003 – chegam à África para investir nas áreas em que as companhias ocidentais não têm interesse em negociar, enquanto o governo chinês oferece auxílio ao desenvolvimento sem impor nenhuma das condições ligadas à ajuda ocidental (a não ser que não reconheçam Taiwan). Os líderes africanos buscam cada vez mais no Oriente o comércio, a ajuda e as lideranças políticas, libertando-se dos vínculos históricos do continente com a Europa e os Estados Unidos (ARRIGHI, 2008, p. 217).

Porém, nesse relacionamento existem distorções. A questão estratégica chinesa é essencialmente acesso à matéria-prima e a fontes de energia<sup>31</sup>. O que incentiva os países receptores destes investimentos a focar-se unicamente em exportar *commodities* para a China, ficando refém da variação da demanda chinesa. Ademais, o processamento dos recursos naturais, portanto os processos de agregação de valor, ocorrem na China, ao passo que, a África se abre aos bens-duráveis chineses, mantendo a diferenciação de valores (TAYLOR, 2006). Essa política de inserção agressiva se reflete nos Investimentos Diretos (Tabela 1).

**Tabela 1** – Investimento Direto Chinês na África (corrente US\$)

Ano	Investimento Direto (bilhões US\$)	Variação (bilhões US\$)
2001	-	-
2002	-	-
2003	0,5	-
2004	0,9	0,4
2005	1,6	0,7
2006	2,6	1,0
2007	4,5	1,9
2008	7,8	3,3
2009	9,3	1,5
2010	13,0	3,7
2011	16,2	3,2
2012	21,7	5,5
2013	26,2	4,5
2014	32,4	6,2
2015	34,7	2,3

<sup>31</sup> A logística é importante, posto que devem existir rotas de distribuição e fornecimento. No caso da África, é realmente o acesso a prioridade. No caso de Angola e Moçambique isto é mais claro. No entanto, o Sudão é intensamente influenciado pela necessidade da logística, dada sua ligação umbilical com o Sul. Fatos que serão abordados na terceira seção deste trabalho.



Fonte: UNCTAD Statistics (2017).

A percepção de negócios na África é a de não ser lucrativa, e o nível de risco associado alto. No entanto, existe o fator geoestratégico, muito intenso para a China, de forma a incentivar essas relações (KOBYLINSKY, 2012). Entre 2003 e 2015, de acordo com a Tabela 1, os Investimentos Diretos da China na África cresceram em grandes proporções, com poucas retrações, mas sempre em tendência de crescimento. Após a crise financeira global existe uma queda dos investimentos, com rápida recuperação. Já o ano de 2015 inicia a refletir a desaceleração prevista pela própria China de sua economia. Esses números dão indícios de o investimento chinês ser bem-vindo à África, principalmente, por haver inúmeras áreas cruciais para o desenvolvimento que empresas ocidentais não possuem interesse em investir.

Também, o investimento hegemônico é bem-vindo, já que desde 1970, os Estados Unidos possuem uma Agência para o Desenvolvimento Internacional, a USAID, com investimentos sólidos na África. No entanto, como indica Konings (2007), a ajuda e investimentos para agricultura caíram 90% em uma única década (em 1990). Muitos desses investimentos, segundo o autor, possuem pressões de grupo não governamentais ocidentais. Ao passo que os investimentos da China possuem reverberações por toda a economia do país, os investimentos ocidentais correspondem aos interesses diretamente ligados aos grupos de pressão.

**Tabela 2** – Investimento Direto Americano na África (corrente US\$)

<b>Ano</b>	<b>Investimento Direto (bilhões US\$)</b>	<b>Variação (bilhões US\$)</b>
2001	15,6	-
2002	16,0	0,5
2003	19,8	3,8
2004	20,4	0,5
2005	22,8	2,4
2006	28,2	5,4
2007	32,6	4,4
2008	36,7	4,1
2009	43,9	7,2
2010	54,8	10,9
2011	57,0	2,2
2012	55,8	-1,1
2013	60,9	5,0
2014	67,6	6,7
2015	64,0	-3,5

Fonte: UNCTAD Statistics (2017).

Porém, a dependência deste tipo de investimento se plasma na Tabela 2, na qual é possível ver como os investimentos americanos quadruplicaram em 15 anos, em um período, cuja peripécia jaz no fato de os Estados Unidos à época concentrar seus esforços na Guerra ao Terror<sup>32</sup>. Contudo, comparando à Tabela 1, é possível ver como num espaço de tempo de pouco mais de uma década os investimentos chineses cresceram de menos de um bilhão de dólares para quase 35 bilhões, enquanto os investimentos americanos se comportam como contrarresposta aos investimentos chineses, a partir da crise global financeira, com um pico de variação entre 2009 e 2010, terminando o período com praticamente o dobro dos valores chineses em investimento anual. Ademais, o valor agregado total do investimento, neste período, deixa um *gap* ainda maior entre China e Estados Unidos.

Enquanto a presença dos Estados Unidos é consolidada no continente, a China necessita estabelecer estratégias diferenciadas capazes de sustentar seus interesses e projetar seu poder. Diante disto, o crescimento econômico da África para a China não significa um pacote de bondade, mas uma necessidade. Melhorar o crescimento africano significa conquistar novos espaços no cenário internacional.

Por isso, os investimentos em renminbi são chave para a China. Significa trazer o desenvolvimento com impacto para o excedente da economia chinesa, com a capacidade de (i) fortalecer as empresas chinesas internacionalmente, (ii) esclarecer o horizonte de tempo do retorno do investimento, (iii) estender o investimento à economia local (*spill-over*), com o impacto na pobreza, ao passo que se assegura o acesso a recursos naturais e, ainda, fortalece a inserção chinesa na Ordem Internacional (GU, 2009; LU e LI, 2010).

### 3.2. A PRESENÇA DA CHINA EM ANGOLA

Angola é um país atlântico, da África Austral, rica em recursos minerais, com destaque para o petróleo, o gás natural, diamantes, ferro, cobre e ouro. O país possui um dos maiores territórios do continente. A maior parte da população situa-se na capital Luanda. Colonizada por portugueses, a independência do país se concretizou em 1975, seguida de uma intensa guerra civil que se estendeu até o ano de 2002. No entanto, mesmo durante o período do conflito, ainda na década de 1990, Angola apresentava já uma das maiores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto da região (ALVES, 2007).

---

<sup>32</sup> Desde o ataque às Torres Gêmeas (World Trade Center), os Estados Unidos iniciaram uma caça-às-bruxas ao terrorismo, de modo que temas como África se tornassem periféricos, em sua agenda política.

**Figura 2 – Localização de Angola**

Fonte: VOANEWS, 2018.

Neste cenário, grande parte da população permaneceu na pobreza devido à guerra civil entre Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Esse breve histórico é definitivo para a compreensão das limitações econômicas de Angola.

Com a economia em ruínas ao fim do conflito, necessitada de reconstrução, num momento paralelo ao *boom* das *commodities* durante os anos 2000, pelo efeito China, com a demanda por recursos naturais, Angola se tornou dependente de investimento estrangeiro. Sem capacidade tecnológica, o país fez inúmeras concessões para a exploração de diamantes, petróleo e ouro. Desde 2002, com a intensificação das relações bilaterais, Angola se tornou um parceiro estratégico para a China, na África, como grande exportador de petróleo (ALVES, 2007).

Sem se restringir a isto, a presença chinesa se consolidou, também, através de outros investimentos, principalmente, em infraestrutura e no setor energético do país. Uma relação de ganhos mútuos (*win-win*) que não se livra das distorções sistêmicas, tampouco se limita a trocas comerciais de importação e exportação. Como será possível expor através das informações subsequentes, o grande volume de investimentos chineses em Angola acontece entre o ano de 2005 e 2007. Afetados pela crise global do *subprime* os investimentos são retomados com maior volume a partir de 2010.

**Tabela 3 – Importação Chinesa de Angola (corrente US\$)**

Ano	Importação Chinesa de Angola
-----	------------------------------

	(bilhões de US\$)
2001	0,72
2002	1,08
2003	2,20
2004	4,71
2005	6,58
2006	10,93
2007	12,88
2008	22,38
2009	14,67
2010	22,81
2011	24,92
2012	33,56
2013	31,97
2014	31,10
2015	16,00

Fonte: Comtrade, 2016.

O mesmo comportamento se reverbera nas importações da China com origem angolana, segundo a Tabela 3. Em 2001, os valores não superavam um bilhão de dólares, contudo, até 2008 esse valor cresceu constantemente. Em 2009, como reflexo da crise global financeira, os valores caíram próximo a 50%, com rápido retorno dos níveis anteriores. Os quais, por sua vez, mantiveram a tendência de crescimento, mesmo com a desaceleração econômica prevista pela China em seu Plano Quinquenal. Enfim, em 2015 os valores internacionais do petróleo se reverberaram na economia angolana, com uma queda similar àquela do período da crise financeira global. Um reflexo da dependência do país em exportar recursos naturais de acordo com a demanda chinesa.

Em relação às exportações provenientes da China para Angola, é possível ver como os valores são estáveis, com variações que não são facilmente respondidas com as conjunturas internacionais. De acordo com a Tabela 4, é notório que em 2001 os valores exportados da China para Angola se mantêm quase sem alteração até o final do período observado. A exceção se dá, em 2014, com o ápice de quase 6 bilhões de dólares, seguida de uma forte queda em 2015.

**Tabela 4** – Exportação Chinesa para a Angola (corrente US\$)

Ano	Exportação Chinesa para Angola (bilhões de US\$)
2001	0,04
2002	0,06
2003	0,14
2004	0,19

2005	0,37
2006	0,89
2007	1,23
2008	2,94
2009	2,38
2010	2,00
2011	2,78
2012	4,04
2013	3,96
2014	5,97
2015	3,71

Fonte: Comtrade, 2016.

Se por um lado as importações chinesas da Angola se mantêm em tendência de crescimento, e as importações de Angola com origem chinesa mantêm-se quase estáveis durante todo o período. Por outro, conforme a Tabela 5, os empréstimos da China para a Angola são variáveis, alcançando o ápice de 3 bilhões e meio de dólares em 2011 e em 2014.

**Tabela 5** – Empréstimos à Angola em renminbi convertidos em dólar (US\$)

<b>Ano</b>	<b>Empréstimos (bilhões US\$)</b>
2001	0
2002	0,15
2003	0,01
2004	0,43
2005	1,00
2006	0,70
2007	2,20
2008	0,27
2009	0,34
2010	2,50
2011	3,56
2012	1,76
2013	3,54
2014	2,43
2015	0,83

Fonte: National Bureau of Statistics of China, 2017.

Importante contrapor essas informações ao fato de, no ano de 2001, os empréstimos chineses para Angola não existirem. Isto porque entre 2010 e 2014, um período de recuperação internacional da crise financeira, os valores somados alcançam quase 14 bilhões de dólares. Grande parte desses empréstimos são realizados diretamente em renminbi<sup>33</sup>, sem a necessidade do uso da moeda-chave, o dólar.

<sup>33</sup> Devido à necessidade de padronização entre as fontes, neste trabalho foi feita a opção por converter os valores em renminbi para dólar.

**Tabela 6** – Investimento Direto Chinês em Angola (em US\$)

<b>Ano</b>	<b>Investimento Direto (milhões US\$)</b>
2001	-
2002	-
2003	0,30
2004	0,47
2005	8,79
2006	37,23
2007	78,46
2008	68,89
2009	195,54
2010	351,77
2011	400,59
2012	1245,10
2013	1634,74
2014	1214,04
2015	1268,29

Fonte: UNCTAD Statistics, 2017.

Sobre os Investimentos Diretos da China em Angola as informações para os anos de 2001 e 2002 são ausentes. Por isso, não é possível inferir serem zero. No entanto, a primeira informação de empréstimo chinês para Angola, apresentada pela Tabela 6, é de apenas 300 mil dólares, no ano de 2003. Um valor que chega a 1,6 bilhão de dólares, no de 2013, tão somente, no espaço de uma década. Ressaltando que entre 2011 e 2012 os valores triplicaram.

Quando comparados os fluxos econômicos entre China e Angola é possível perceber como a China compra muito e, mesmo vendendo produtos manufaturados em contrapartida, os déficits chineses são constantes. Os Investimentos Diretos são crescentes, mas não superam a linhas dos 2 bilhões de dólares.

Contudo, os empréstimos apresentam uma singularidade. Alcançam no ano de 2011 e 2013 o valor de 3,5 bilhões de dólares. No espaço de 15 anos, a China concedeu empréstimos no valor de 20 bilhões de dólares, e muito desses valores são originários em renminbi, com juros baixos e longos prazos de pagamento. Os valores para o pagamento surgem, de alguma forma, das próprias trocas comerciais entre China e Angola, posto os inúmeros superávits angolanos.

Para Angola, seis são as principais áreas que recebem estes empréstimos/investimentos que utilizam renminbi e know-how chinês: (i) agricultura e pesca que durante o período recebeu 1,751 bilhões de dólares, (ii) educação recebeu 359,86 milhões de dólares, (iii) geração de energia e infraestrutura relacionada, o setor que mais recebeu os empréstimos, alcança o valor de 7,179 bilhões de dólares, (iv) saúde recebeu 330,55 milhões de dólares, sobretudo, no ano

de 2005, (v) infraestrutura 3,492 bilhões de dólares e (vi) mineração que recebeu 2,511 bilhões de dólares, quase todo o valor para um único empreendimento.

Existem outros contratos de empréstimos para estas áreas, contudo, os seguintes empréstimos (Tabela 7) foram direcionados a investimento, quase em toda sua totalidade, e foram lavrados em renminbi. Nota-se que os anos de 2005, 2006 e 2007 possuem a maior quantidade de contratos difusos nas áreas de infraestrutura, geração de energia e infraestrutura relacionada, educação e saúde. É o período de construção de confiança<sup>34</sup> das relações sino-angolanas.

**Tabela 7 – Empréstimos de Banco Chineses para Angola 2001 - 2015 (corrente US\$)**

<b>Ano</b>	<b>Tipo de investimento</b>	<b>Valor (milhões US\$)</b>
2002	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	15,00
2002	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	15,00
2002	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	25,00
2002	Saúde	0,30
2002	Infraestrutura	90,00
2003	Mineração	11,00
2004	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	40,05
2004	Infraestrutura	13,84
2005	Agricultura e Pesca	1,0
2005	Agricultura e Pesca	45,56
2005	Agricultura e Pesca	95,30
2005	Agricultura e Pesca	2,07
2005	Agricultura e Pesca	22,36
2005	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	14,59
2005	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	38,36
2005	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	29,51
2005	Saúde	0,12
2005	Saúde	7,20
2005	Saúde	26,26
2005	Saúde	36,46
2005	Saúde	4,38
2005	Saúde	10,80
2005	Saúde	9,26
2005	Saúde	43,25
2005	Saúde	36,52
2005	Saúde	16,67
2005	Saúde	3,60
2005	Saúde	0,20
2005	Infraestrutura	69,00
2005	Infraestrutura	44,69

<sup>34</sup> Angola saía de um longo período de Guerra Civil. O país devastado era passível de reconstrução. Então, no curto e médio prazo, os investimentos chineses previam a construção do Estado angolano, basicamente, para a partir da estruturação do Estado, poder estreitar o comércio e as trocas econômicas.

2005	Infraestrutura	22,37
2005	Infraestrutura	66,90
2005	Infraestrutura	211,68
2005	Educação	58,93
2005	Educação	7,97
2005	Educação	14,31
2005	Educação	45,82
2005	Educação	48,42
2006	Educação	9,63
2006	Educação	93,23
2006	Educação	67,31
2006	Infraestrutura	500,00
2006	Agricultura e Pesca	98,11
2006	Agricultura e Pesca	97,84
2006	Agricultura e Pesca	70,88
2006	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	74,33
2006	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	67,95
2006	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	28,48
2006	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	50,69
2007	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	10,65
2007	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	22,90
2007	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	143,86
2007	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	29,85
2007	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	50,00
2007	Agricultura e Pesca	40,00
2007	Agricultura e Pesca	48,60
2007	Educação	14,21
2007	Saúde	75,91
2007	Saúde	10,87
2007	Saúde	0,26
2007	Infraestrutura	230,00
2007	Infraestrutura	3,00
2007	Infraestrutura	30,00
2007	Infraestrutura	9,77
2007	Infraestrutura	6,51
2007	Infraestrutura	60,00
2007	Infraestrutura	83,27
2007	Infraestrutura	477,45
2007	Infraestrutura	160,00
2007	Infraestrutura	73,031
2007	Infraestrutura	113,15
2007	Infraestrutura	84,09
2007	Infraestrutura	57,00
2007	Infraestrutura	61,97
2008	Infraestrutura	28,79
2008	Infraestrutura	56,33
2008	Infraestrutura	440,00
2008	Agricultura e Pesca	1.200,00



2009	Infraestrutura	500,00
2010	Mineração	2.500,000
2011	Saúde	0,30
2011	Saúde	15,84
2011	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	2.000,00
2012	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	1.000,00
2012	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	1.320,00
2013	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	203,00
2013	Saúde	32,28
2014	Infraestrutura	0,05
2014	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	2.000,00

Fonte: Global Chinese Official Finance Dataset, 2017.

Com a crise do sistema financeiro global, os projetos diminuem, conforme a Tabela 7. Entretanto, os valores são concentrados em poucos projetos de muito valor estratégico. Em 2010, a China investe 2,5 bilhões de dólares em um único empreendimento, na mineração. Entre os anos de 2010, 2011, 2012 e 2014 são 9 bilhões de dólares em apenas cinco investimentos, na mineração, na geração de energia e infraestrutura relacionada (especialmente, exploração de petróleo).

Ao fazer a escolha por Angola, fez-se uma correlação entre seu Produto Interno Bruto (PIB), e os fluxos econômicos com a China. O resultado apontou Angola como o principal parceiro chinês na África. Porém, esses números, e os precedentes expressam como os investimentos chineses estão ordenados segundo outra lógica que não a do *hegemon*, contudo, sem eliminar as distorções dessas relações. A questão chinesa é estratégica: assegurar o acesso a recursos naturais e promover sua inserção na Ordem Internacional.

Por isso, se existem investimentos em educação e saúde, existem na agricultura especializada para exportação, existe para a produção de energia, especialmente, petróleo para exportação. Há investimentos para infraestrutura, mas promovidas por empresas chinesas, com dinheiro chinês, respeitando os interesses finais dos chineses, ainda que não se dê ao modo hegemônico, grandes aportes em poucos projetos não representa um interesse necessariamente angolano. Porque são 700 milhões de dólares em empréstimos destinados à educação e saúde, ao passo que são 15 bilhões de dólares em empréstimos destinados ao setor produtivo especializado na exportação.

Para culminar esse processo, apresenta-se a receita anual bruta com esses projetos realizados por empresas chinesas durante o período de 2001 a 2015, enquanto as informações para os projetos estão concentradas entre 2002 e 2014. Segundo a Tabela 8, no ano de 2001, não existiam empresas chinesas de construção, infraestrutura e similares em Angola. No

primeiro ano, em 2002, a receita bruta alcança tão somente 40 milhões de dólares. Os empréstimos chineses para o mesmo ano são de 150 milhões de dólares.

**Tabela 8** – Receita Anual Bruta dos Projetos realizados por Empresas Chinesas em Angola  
(corrente US\$)

<b>Ano</b>	<b>Receita Anual Bruta (bilhões US\$)</b>
2001	0
2002	0,04
2003	0,03
2004	0,08
2005	0,30
2006	0,99
2007	1,15
2008	3,22
2009	4,86
2010	4,96
2011	6,34
2012	7,55
2013	7,50
2014	6,40
2015	4,95

Fonte: National Bureau of Statistics of China, 2017.

Embora os resultados iniciais sejam tímidos, a partir de 2008, a presença das empresas chinesas cresce juntamente com os valores investidos em Angola. Neste período, no ano de 2013, conforme a Tabela 8, a receita bruta das empresas chinesas alcança 7,5 bilhões de dólares. No mesmo ano a renda per capita, na relação PIB-Poder de Compra, era de 6,5 mil dólares, o PIB foi de 124 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, S/A).

Em síntese, a manutenção do crescimento chinês depende da expansão dos seus investimentos afora das suas fronteiras. O uso de empresas chinesas para realizar esse tipo de função é prioridade. Porque somados os investimentos diretos e os empréstimos chineses o país assegura parte de suas necessidades comerciais. Ao passo que pode manter relações diplomáticas positivas, já que a única imposição chinesa se dá no fato do não reconhecimento de Taiwan, e o petróleo como contrapartida do não pagamento. Portanto, muito mais maleável que as instituições nascidas com os acordos de Bretton Woods<sup>35</sup>, que respondem à ordem hegemônica.

<sup>35</sup> As Instituições do Acordo de Bretton Wood são, especialmente, o Banco para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), hoje, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Junto com essas Instituições houve o consenso na convertibilidade dólar-ouro (atrelada), que transformou a moeda americana na moeda-chave do sistema internacional.

O resultado é, ao final, positivo para ambas as partes. O crescimento da China se traduz no crescimento do parceiro. Ademais, Corkin (2011) apresenta que a estratégia de iniciar relações econômicas favoráveis para ambos os parceiros é o principal motivo de as relações chinesas na África se manterem, já que criam um casamento de interesses. No caso de Angola, o país ganha com a sua reconstrução, o aumento da renda per capita e acesso ao mercado internacional. Para a China é a certeza da obtenção de acesso aos recursos naturais essenciais para a manutenção do seu crescimento, e a criação de uma órbita de influência importante para o reconhecimento de seu papel de potência na Ordem Internacional.

### 3.3. A PRESENÇA DA CHINA NO SUDÃO

Sudão é um país do Norte africano, voltado para o Mar Vermelho. A capital Cartum é banhada pelo Rio Nilo. País de região fértil. Encontra-se numa localização propícia às trocas entre o Mediterrâneo e a África. Lesch (1998) descreve o país como habitado por uma diversidade de povos e culturas, chegando a ter 40 milhões de habitantes até a independência de sua região Sul. Um país rico em recursos naturais como petróleo, gás natural, níquel, ferro, urânio, ouro e prata.

**Figura 3 – Localização do Sudão**



Fonte: VOANEWS, 2018.

Embora o Sudão seja um país extremamente rico em recursos naturais, assim como muitos outros países africanos, a dependência do Ocidente e as contínuas interferências estrangeiras margearam o país a períodos obscuros de ditadura e de guerra civil, acrescido das problemáticas religiosas encabeçadas por islâmicos radicais. O que gerou contrarresposta da Comunidade Internacional, como sanções e o isolamento político. (LESCH, 1998).

Para a China, em busca de inserção, o Sudão emergiu como brecha para sua projeção e para assegurar acesso à matéria-prima e à fonte de energia. Paulatinamente, a China se inseriu na região sem influência direta em conflitos internos, corrupção sistêmica ou violações aos direitos humanos. Contudo, essa política vai se flexibilizando com o maior destaque do papel geopolítico da China na África (LARGE, 2011).

Portanto, o Sudão mostrou-se um local propício para as empresas chinesas adentrarem na África. Um país isolado da competição ocidental, com muitos recursos naturais, sem tecnologia e sem conhecimento adequado para desenvolver-se. Um ambiente ideal para a projeção da China, demonstrando como o isolamento imposto pelo *hegemon* criou espaço para a inserção de outro poder externo.

Contudo, o isolamento reforça a dependência das relações sino-sudanesas e gera a dificuldades para o Sudão, que passa a ceder para os interesses estratégicos chineses em detrimento da própria população, como afirma Bosshard (2008) ao discorrer sobre a construção de uma hidrelétrica, com a qual uma parcela da população discordava dos termos do que seria o bem-estar.

Todo esse ambiente de isolamento conflui na dificuldade de acesso a dados confiáveis sobre o país. Há muita divergência entre as fontes oficiais, as fontes americanas, as fontes internacionais e as fontes chinesas. Diante disto, optou-se por buscar diferentes fontes para ao final formar uma imagem com a visão de diversas perspectivas.

Soma-se a esta problemática, o fato de o Sul do Sudão ter conquistado sua emancipação, ante a comunidade internacional. Na região encontram-se 85% das reservas conhecidas de petróleo, do até então Sudão. Comtrade apresenta dados do início da pesquisa até 2011, quando o Sudão do Sul não existia separados do Sudão pós-separação. Porém, a partir de 2012 os valores mudam intensamente, com a divisão do país (COMTRADE, S/A).

Neste trabalho apresenta-se os valores do Sudão até 2011 com os valores do Sudão pós-separação. Portanto, excluindo o Sudão do Sul, como maneira de demonstrar a dependência das exportações de petróleo do país para a China. Ressalta-se, ainda, que unir os dois períodos e fazer uma interpretação sem reconhecer a divisão do país distorce de maneira muito intensa os valores, já que na região Sul encontra-se a maior parte das reservas de petróleo, principal produto exportado pela nação africana.

**Tabela 9 – Importação Chinesa do Sudão (corrente US\$)**

Ano	Importação Chinesa do Sudão (bilhões US\$)
-----	--------------------------------------------

2001	0,93
2002	1,15
2003	1,44
2004	1,70
2005	2,61
2006	1,94
2007	4,17
2008	6,32
2009	4,68
2010	6,67
2011	9,54
2012	2,17
2013	2,39
2014	1,92
2015	2,39

Fonte: Comtrade, 2017.

O Sudão até 2002 era o principal parceiro econômico da China na África, contudo, com o fim do conflito em Angola, em pouco tempo, o país foi ultrapassado (comparar Tabelas 9 e 10 com Tabelas 3 e 4)<sup>36</sup>. O Sudão mesmo com constantes conflitos internos, não foi um empecilho para selar as relações econômicas com a China. Em 2011, o país alcançou o ápice de 9,5 bilhões de dólares exportados para a China, mantendo a tendência do crescimento da relação sino-sudanesas, conforme a Tabela 9.

De veras, a independência do Sul significou um enorme impacto econômico. As exportações para a China caíram quase cinco vezes, comparados os dados do ano anterior. Em 2014, com a queda no valor do petróleo, os valores exportados voltaram a patamares de 2006, confirmando o impacto que a secessão do país causou à economia (Tabela 9).

Analisados os números provenientes das exportações chinesas para o Sudão é possível identificar que apesar do impacto da perda de renda sem os poços de petróleo, o Sudão manteve os patamares de consumo, conservando a tendência de importação do produto chinês. Porém, ao final da série, existe uma forte queda dessas importações alcançando patamares de 2004 (Tabela 10).

**Tabela 10 – Exportação Chinesa para o Sudão (corrente US\$)**

<b>Ano</b>	<b>Exportação Chinesa para o Sudão (bilhões US\$)</b>
2001	0,22
2002	0,39
2003	0,47

<sup>36</sup> Mantidas as trocas comerciais como parte do fator decisório para definir os principais parceiros chineses na África.

2004	0,81
2005	1,29
2006	1,41
2007	1,55
2008	1,87
2009	1,70
2010	1,95
2011	1,99
2012	1,55
2013	2,10
2014	1,52
2015	0,72

Fonte: Comtrade, 2017.

São indícios de que as relações entre Cartum e Pequim se tornaram delicadas, ou que a economia sudanesa estava em recessão, o que não é, já que em 2015 o Produto Interno Bruto do Sudão alcançou, também, seu ápice de 95 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, S/A). Segundo dados do Comtrade, os valores investidos pela China no Sudão do Sul entre 2014 e 2015 eram superiores aos investimentos no Sudão, o que reforça os indícios de incômodos diplomáticos, já que Sudão do Sul passou a drenar investimentos, empréstimos e trocas comerciais da China, anteriormente destinados ao país.

**Tabela 11** – Empréstimos ao Sudão em renminbi convertidos em dólar (US\$)

<b>Ano</b>	<b>Empréstimos (bilhões US\$)</b>
2001	0,13
2002	0,05
2003	1,24
2004	0,25
2005	0,35
2006	0,23
2007	1,09
2008	0,18
2009	1,42
2010	0,63
2011	0,10
2012	0,04
2013	0
2014	0,70
2015	0

Fonte: National Bureau of Statistics of China, 2017.

Apesar das incertezas políticas e das dificuldades impostas ao Sudão pelas sanções internacionais, a China concedeu pragmaticamente empréstimos ao país em valores próximos a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, como no ano de 2003, quando, conforme a

Tabela 11, o valor do empréstimo chegou a 1,24 bilhões de dólares, enquanto o PIB foi de 17 bilhões (BANCO MUNDIAL, S/A).

Diferentemente, de Angola que após a crise financeira global recebeu grandes aportes através de empréstimos chineses, sobretudo entre 2010 e 2014 (Tabela 5), o Sudão foi preterido e os empréstimos escassearam e passaram a valores limitados. Inclusive nos anos de 2013 e 2015 não houve esse tipo de transação econômica entre o Sudão e a China. O que reforça, por um lado, os indícios de que o Sudão do Sul passou a drenar investimentos devido às reservas de petróleo.

Esses indícios avigoram, por outro lado, o pragmatismo tático sino de inserção internacional. Isto é, o acesso a recursos naturais para a manutenção do seu crescimento, consequentemente da ordem do seu Estado domesticamente e da sua projeção internacionalmente. *Pari passu*, a necessidade de criar parcerias estratégicas de modo *sui generis*, não correspondendo ao *modus operandi* hegemônico, que se dá através do uso da moeda nacional com o fator político. Ao passo que as relações ganha-ganha, em última instância, são definidas pelos interesses do Estado chinês, compondo a manutenção da Ordem Internacional.

**Tabela 12** – Investimento Direto Chinês no Sudão (corrente US\$)

Ano	Investimento Direto (milhões US\$)
2001	-
2002	-
2003	0,55
2004	171,61
2005	351,53
2006	497,13
2007	574,85
2008	528,25
2009	563,89
2010	613,36
2011	1525,64
2012	1236,60
2013	1507,04
2014	1747,12
2015	1809,36

Fonte: UNCTAD Statistics, 2017.

Embora existam todos esses meandros expressos nas relações sino-sudanesas, durante todo o período analisado os valores de Investimento Direto chineses no país são distintamente maiores do que os valores investidos em Angola (Tabela 6). Mesmo com os atritos diplomáticos

pós-secessão, com clara notória ascensão dos volumes investidos após a declaração de independência, conforme a Tabela 12.

A explicação para esse fato é a própria secessão. O país nascente ao Sul, com imensas reservas naturais de petróleo e gás natural não possui saída para o mar. Para escoar o produto, a saída à leste é inviável passando por terrenos montanhosos e cruzando regiões igualmente instáveis, sem muita ligação com a China. À oeste a geografia do terreno é um empecilho e cruzar uma grande quantidade de nações instáveis. Resta o Sudão, país com conexão histórico-social, com o qual já existem ligações e infraestrutura, ainda que precárias.

Desta maneira, há uma forma de amenização dos atritos entre Sudão e Sudão do Sul, com as compensações chinesas de Investimentos Diretos, que manteve o crescimento da economia do Sudão durante todo o período da análise, apesar da diminuição de outras trocas econômicas. Por isso, a Tabela 12 reforça a política chinesa de uso da moeda com a projeção de poder necessária para sua ascensão na Ordem Internacional.

Porquanto, ao analisar a difusão dos empréstimos (Tabela 13), torna-se límpido a importância de dois setores: geração de energia e infraestrutura relacionada e infraestrutura em geral. Há outros investimentos, além dos tipos descritos na tabela citada, no entanto, estes são os setores com as maiores somas direcionadas a investimentos e quase em toda sua totalidade lavrados em renminbi.

**Tabela 13** – Empréstimos de Banco Chineses para o Sudão 2001 - 2015 (corrente US\$)

<b>Ano</b>	<b>Tipo de investimento</b>	<b>Valor (milhões US\$)</b>
2001	Infraestrutura	9,30
2002	Saúde	2,50
2002	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	150,00
2002	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	12,10
2002	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	19,50
2003	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	519,00
2003	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	337,45
2003	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	25,10
2003	Infraestrutura	10,00
2004	Infraestrutura	25,10
2004	Infraestrutura	12,40
2004	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	94,00
2004	Agricultura e Pesca	11,20
2004	Agricultura e Pesca	15,00
2004	Educação	3,00
2004	Mineração	6,80
2005	Infraestrutura	200,00
2005	Infraestrutura	32,50
2005	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	512,00



2005	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	175,00
2005	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	3,60
2005	Agricultura e Pesca	10,00
2005	Agricultura e Pesca	22,20
2005	Mineração	10,50
2005	Mineração	3,70
2005	Mineração	3,00
2005	Mineração	6,70
2006	Infraestrutura	29,00
2006	Infraestrutura	34,10
2006	Infraestrutura	26,50
2006	Infraestrutura	17,20
2006	Infraestrutura	29,50
2006	Infraestrutura	14,40
2006	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	81,00
2006	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	4,60
2007	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	680,00
2007	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	6,80
2007	Saúde	0,39
2007	Mineração	1,40
2008	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	120,00
2008	Infraestrutura	120,00
2008	Infraestrutura	10,20
2008	Infraestrutura	8,80
2008	Infraestrutura	17,50
2008	Infraestrutura	14,60
2008	Infraestrutura	221,60
2008	Infraestrutura	122,00
2009	Infraestrutura	120,00
2009	Infraestrutura	96,00
2009	Infraestrutura	24,00
2009	Infraestrutura	100,00
2009	Infraestrutura	220,00
2009	Infraestrutura	66,00
2010	Infraestrutura	118,00
2010	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	233,00
2010	Geração de Energia e infraestrutura relacionada	274,00
2010	Saúde	1,47
2011	Educação	10,00
2011	Mineração	90,00
2011	Infraestrutura	20,42
2014	Infraestrutura	700,00

Fonte: Global Chinese Official Finance Dataset, 2017.

Porquanto, ao analisar a difusão dos empréstimos (Tabela 13), torna-se límpido a importância de dois setores: geração de energia e infraestrutura relacionada e infraestrutura em geral, áreas que mais receberam aportes. Há outros investimentos, além dos tipos descritos na

tabela citada, no entanto, estes são os setores com as maiores somas direcionadas a investimentos e quase em toda sua totalidade lavrados em renminbi.

De fato, conforme a Tabela 13, entre 2002 e 2010, quase todos os empréstimos/investimentos são para geração de energia e infraestrutura relacionada, mineração e infraestrutura em geral. Apesar dos valores difusos esses setores somados, em oito anos, recebem 5 bilhões de dólares de investimentos, através de empréstimos com bancos chineses.

Ao todo de acordo com a Tabela 13, (i) agricultura e pesca recebeu o aporte de 148 milhões de dólares, com apenas seis contratos; (ii) educação recebeu 13 milhões de dólares em dois contratos; (iii) saúde, por sua vez, recebeu 4,3 milhões de dólares; por outro lado, (iv) na mineração foram investidos 122 milhões de dólares em sete contratos, no entanto, em 2011, um único contrato recebeu próximo de 80% deste valor; (v) geração de energia e infraestrutura relacionada concentrou a maior parte dos investimentos com 3,2 bilhões de dólares, com apenas 17 contratos, sendo 12 deles no primeiro quinquênio analisado; já (vi) infraestrutura esteve difusa em todo o período de análise, apresentando valores pequenos como um contrato de 8,8 milhões de dólares e outros maiores com 700 milhões de dólares que somados dão o valor de 2,4 bilhões de dólares.

Enquanto o acumulado dos Investimentos Diretos chineses, no Sudão, entre 2011 e 2015, formam o valor de 7,7 bilhões de dólares (Tabela 12), portanto, período pós-secessão, a receita anual bruta das empresas chinesas no país cresceu em valores superiores. Em cinco anos a receita bruta somada obtida por essas empresas é de 9 bilhões de dólares, valor bem acima dos dez anos anterior, segundo o *National Bureau of Statistics of China* (2017).

Do que se conclui a existência de um impasse. Por um lado, a secessão do Sudão gerou atritos diplomáticos com a China, a ponto da política econômica chinesa e as trocas comerciais entre os países mudarem de tendência. Para compor esse xadrez político, a China contrabalanceou suas necessidades geoestratégicas às dos dois atores (Sudão e Sudão do Sul), através do renminbi. Com os excedentes em moeda nacional, a China criou um ambiente de investimento em infraestrutura capaz de ligar o Sudão do Sul através do Sudão ao Mar Vermelho. O que, por sua vez, gerou compensações econômicas para todos os atores conforme a Tabela 9 e a Tabela 12.

No entanto, o surgimento de um novo Estado, sem a oposição da China, membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, com poder de veto, abriu espaço para a manutenção da política de assegurar acesso a recursos naturais, bem como a manutenção política de um parceiro político-econômico.

**Tabela 14** – Renda Per Capita Poder de Compra (corrente US\$)

<b>Ano</b>	<b>Renda per capita (US\$)</b>
2001	340
2002	370
2003	410
2004	480
2005	580
2006	730
2007	910
2008	1110
2009	1170
2010	1250
2011	1480
2012	1720
2013	1220
2014	1830
2015	2000

Fonte: World Development Indicators, 2017.

Para concretizar esses indícios, a Tabela 14 proporciona o crescimento da renda per capita, na relação PIB-Poder de Compra. Com ela é passível a análise de como, apesar da queda nas importações sudanesas da China (Tabela 10), devido aos contínuos investimentos chineses, mesmo ante tanto embargos, a renda per capita real cresce até alcançar o ápice em 2015 com o valor de 2 mil dólares, portanto, essa queda nas importações não representa uma recessão. Esse crescimento de renda significa o aumento da renda seis vezes o valor inicial, num espaço de três quinquênios. Ilustrando, assim como a presença chinesa no continente é constante e objetiva, além de reforçar a composição estratégica da política na promoção da moeda chinesa, o que por sua vez se reverbera na promoção do poderio do Estado chinês na Ordem Internacional.

#### 3.4. A PRESENÇA DA CHINA EM MOÇAMBIQUE

Moçambique é um país situado na África Austral à oriente. A capital Maputo é banhada pelo Oceano Índico. Dotado de inúmeros recursos naturais, o país tem sua economia baseada na agricultura, na exploração de alumínio e petróleo. Apesar de ser um país de colonização portuguesa é parte do *Commonwealth* inglês. Moçambique passou por uma longa guerra civil que se findou na década de 1990. Possui aproximadamente 30 milhões de habitantes (NIELSEN, 2013).

As relações sino-moçambicanas possuem raízes na década de 1960, quando o governo do país possuía apoio chinês, ainda sob os desígnios. Moçambique é ainda hoje um país pobre com níveis baixos de desempenho no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU. No entanto, as relações do país com a China são cada vez mais intensas, sobretudo, através do incremento das ações de cooperação em investimentos e no comércio, de forma a deixar a China atrás somente dos Estados Unidos como maior investidor no país (CHINCHAVA, 2008).

**Figura 4** – Localização de Moçambique



Fonte: VOANEWS, 2018.

Segundo Chinchava (2008), em 2002 foi assinado um *memorandum* entre China e Moçambique com a finalidade de delinear os principais setores para cooperação, estabelecendo a conservação e a exploração de florestas<sup>37</sup>, a produção agrícola, o processamento de alimentos e o controle de pragas e doenças como os principais do acordo.

O principal fator para a escolha de Moçambique como parte desta análise recaí sobre o fato de o país apresentar um fluxo comercial relativamente menor comparado a outros países, porém, com constantes déficits comerciais com a China. Como é noto pela Tabela 15 em comparação à Tabela 16, durante toda a série os valores exportados pela China são maiores do que os importados. O que é uma anomalia quando analisados outros dados, já que é um país rico em recursos naturais e fontes de energia.

**Tabela 15** – Exportação Chinesa para Moçambique (corrente US\$)

<sup>37</sup> Produto de destaque para exportações, especialmente, destinadas à China. Embora exista esta parceria, o próprio autor Chinchava (2008) critica essa política como controversa e em rota de colisão com o desenvolvimento sustentável de Moçambique.

<b>Ano</b>	<b>Exportação Chinesa para Moçambique (milhões US\$)</b>
2001	22,04
2002	25,93
2003	45,03
2004	75,15
2005	91,48
2006	127,94
2007	163,55
2008	295,99
2009	339,13
2010	496,39
2011	700,25
2012	940,89
2013	1199,29
2014	1968,74
2015	1938,02

Fonte: Comtrade, 2017.

As importações moçambicanas são sempre maiores que as importações (Tabela 15 e Tabela 16). O que saltas aos olhos, primeiramente, são as relações: 2001, Moçambique importa 22 milhões de dólares; 2002, a China importa 22 milhões de dólares. 2003, Moçambique importa 45 milhões de dólares; 2004, a China importa 44 milhões de dólares. Relação de proporcionalidade que se mantém até o ano de 2007, ano anterior à crise internacional do *subprime*. A partir de 2008, os valores fluem sem essa correlação, quando as importações de Moçambique alcançam o patamar próximo aos 2 bilhões de dólares.

**Tabela 16** – Importação Chinesa de Moçambique (corrente US\$)

<b>Ano</b>	<b>Importação Chinesa de Moçambique (milhões US\$)</b>
2001	11,19
2002	22,58
2003	26,59
2004	44,29
2005	73,53
2006	79,77
2007	124,25
2008	125,88
2009	177,55
2010	201,08
2011	257,24
2012	403,32
2013	454,87
2014	1649,81

2015	452,62
------	--------

Fonte: Comtrade, 2017.

De acordo com a Tabela 16, as exportações de Moçambique são sempre muito tímidas. O tamanho da economia chinesa relacionado ao valor importado de Moçambique é ínfimo. Porém, essa relação demonstra-se imensamente importante, pela sua localização estratégica de entreposto comercial. Atividade que o território austral africano desempenha desde o período das Grandes Navegações. Moçambique se torna porta de entrada para outros pontos da África. Durante o período de análise o Produto Interno Bruto de Moçambique foi multiplicado por quatro, tomando em base o valor inicial em 2001 (BANCO MUNDIAL, S/A).

**Tabela 17** – Empréstimos à Moçambique em renminbi convertidos em dólar (US\$)

Ano	Empréstimos (milhões US\$)
2001	11
2002	0
2003	0
2004	0
2005	0
2006	0
2007	50
2008	70
2009	117
2010	2
2011	140
2012	1056
2013	312
2014	120
2015	0

Fonte: National Bureau of Statistics of China (2017).

Diferentemente de Angola e Sudão, os valores em renminbi destinados à Moçambique são bem limitados, à exceção de 2013, quando o país recebeu a quantia de um bilhão de dólares em moeda chinesa (Tabela 17). Mas, ao comparar a Tabela 17 à Tabela 15 e à Tabela 16, atina-se como conforme a política de compensação existente entre China e Moçambique desaparece, durante o período da crise financeira internacional, o país asiático passa a fornecer uma quantidade maior de subsídios através de empréstimos em moeda nacional (renminbi). *Pari passu*, a política de Investimentos Diretos chineses em Moçambique sofre uma aceleração entre 2008 e 2015, galgando o valor de 700 milhões em um único ano, numa tendência diferente da existente até aquele momento, muito mais conservadora (Tabela 18).

**Tabela 18** – Investimento Direto Chinês em Moçambique (corrente US\$)

<b>Ano</b>	<b>Investimento Direto (milhões US\$)</b>
2001	-
2002	-
2003	2,42
2004	5,6
2005	14,68
2006	14,68
2007	34,24
2008	43
2009	74,96
2010	75,24
2011	98,07
2012	336,91
2013	508,09
2014	653,86
2015	724,52

Fonte: UNCTAD Statistics, 2017.

Para Moçambique, distintamente do ocorrido em Angola e Sudão, os investimentos chineses não são destinados em grande parte à mineração, tampouco à exploração de energia e infraestrutura relacionada, mas à agricultura, coleando consigo o debate sobre *land grabbing*<sup>38</sup>. Posto que estes investimentos visam a maximização da produção com a mecanização, fertilização da terra, sementes modificadas geneticamente, sistemas de irrigação e melhorias paralelas que, muitas vezes, não correspondem às necessidades da população nacional, no entanto, correspondem aos interesses de outrem.

As principais áreas de investimento com origem nos empréstimos chineses são (Tabela 19): (i) Agricultura e Pesca, com 143 milhões de dólares em cinco anos; (ii) Educação com 700 mil dólares, em dois projetos; (iii) Saúde com 24 milhões de dólares em dois projetos; (iv) Mineração recebendo 55 milhões em dois projetos; e (v) Infraestrutura que recebeu quase 3 bilhões de dólares, distribuídos em 16 projetos, ao longo de uma década – investimentos que foram concentrados, sobretudo, após a crise financeira internacional, sobressaindo o ano de 2013. Ano no qual o Moçambique importou da China o primeiro bilhão de dólares em produtos manufaturados.

**Tabela 19**– Empréstimos de Banco Chineses para o Sudão 2001 - 2015 (corrente US\$)

<b>Ano</b>	<b>Tipo de investimento</b>	<b>Valor (milhões US\$)</b>
------------	-----------------------------	---------------------------------

<sup>38</sup> *Grosso modo*, trata-se de um debate nas Relações Internacionais que ganha notoriedade sobre a compra de terras por investidores privados e públicos em outros países transformando pequenas propriedades familiares em grandes negócios do setor agroindustrial, numa relação colonial imposta pela segunda a lógica do capital, portanto, desestruturando locais nos quais a segurança alimentar é já em risco.

2004	Infraestrutura	3,90
2006	Infraestrutura	70,00
2006	Educação	0,20
2007	Infraestrutura	75,00
2007	Agricultura e Pesca	7,22
2008	Agricultura e Pesca	18,00
2008	Infraestrutura	25,00
2009	Educação	0,75
2009	Agricultura e Pesca	6,00
2009	Agricultura e Pesca	50,00
2010	Infraestrutura	65,00
2011	Infraestrutura	681,60
2011	Mineração	32,00
2012	Infraestrutura	300,00
2012	Infraestrutura	278,00
2012	Agricultura e Pesca	2,00
2012	Agricultura e Pesca	60,00
2013	Infraestrutura	416,50
2013	Infraestrutura	196,00
2013	Infraestrutura	184,00
2013	Infraestrutura	139,00
2013	Infraestrutura	120,00
2013	Infraestrutura	118,00
2013	Saúde	1,60
2013	Saúde	23,00
2014	Infraestrutura	133,00
2014	Infraestrutura	120,00

Fonte: Global Chinese Official Finance Dataset, 2017.

Ainda de acordo com a Tabela 19, o setor com maior capacidade de adquirir empréstimos foi o de infraestrutura, um ponto em comum com os demais países analisados, porém, o segundo setor com a maior destinação deste capital oriundo de empréstimos chineses é a agricultura, uma singularidade, comparada à Angola e ao Sudão, que são exportadores de energia (petróleo).

**Tabela 20** – Renda Per Capita Poder de Compra (corrente US\$)

Ano	Renda per Capita (US\$)
2001	280
2002	250
2003	280
2004	310
2005	350
2006	370
2007	400
2008	440
2009	480



2010	460
2011	480
2012	520
2013	590
2014	620
2015	580

Fonte: World Development Indicators, 2017.

Essa dependência da exploração da madeira e da agricultura reverbera-se na Renda per Capita de Moçambique (Tabela 20), porque passa-se a ter pouca capacidade de agregação de valor ao produto final exportado. Ou seja, o país não consegue angariar as riquezas necessárias para a distribuição entre os cidadãos. Isto explica em parte os contínuos déficits do país com a China, mas não explica o porquê de o país ter seu PIB multiplicado por quatro entre 2001 e 2015, no entanto, o poder de compra do moçambicano, no mesmo período de tempo, mal ter sido multiplicado por dois.

Mas fica notória a importância da China. Apesar de comercialmente ser a China o segundo maior parceiro de Moçambique, quando analisado todas as transações econômicas, a China passa a ser o maior parceiro econômico do país. Para a China, Moçambique é apenas o 51º destino do fluxo econômico, em quanto para Moçambique a China é o 1º destino (COMTRADE, S/A).

### 3.5. CONSIDERAÇÕES

Para conquistar esta inserção, na Ordem Internacional, e articular com fornecedores e consumidores para a promoção do renminbi atrelado ao elemento político, a China utilizou-se de vários instrumentos, desde empréstimos, Investimento Direto à compra de produtos com quotas. Isto pode ser feito através de empresas chinesas como também de bancos chineses.

Por trás da lógica ganha-ganha sempre há os interesses chineses que são articulados objetivamente com previsibilidade, na tentativa de manutenção da ascensão pacífica. Por isso, a ocupação de gretas deixadas pelo *hegemon* e países alinhados tem se demonstrado muito importantes no caso de Angola, Moçambique e, de maneira muito singular, do Sudão.

Durante o período de análise dessa seção, o EXIMBANK chinês concedeu inúmeros empréstimos à África, como um todo. Uma política de curto, médio e longo prazo que contava com apenas 20 milhões de dólares em 2001 e galgou os 9,5 bilhões de dólares no ano de 2013 (Tabela 21). Todos esses valores, como uma política do Banco, são essencialmente em renminbi.

Apesar de os valores serem menores do que os concedidos pelos Estados Unidos, o fato é que a China articula outras formas diferentes das utilizadas pelo *hegemon*. Uma forma de contornar embates e fortificar o debate sobre seu papel na Ordem Internacional.

**Tabela 21** – Empréstimos para África em renminbi convertidos em dólar (US\$) - EXIMBANK

<b>Ano</b>	<b>Empréstimos (milhões US\$)</b>
2001	20
2002	157
2003	1063
2004	542
2005	1563
2006	2554
2007	5891
2008	3397
2009	5022
2010	3034
2011	6665
2012	7168
2013	9475
2014	8025
2015	8454

Fonte: National Bureau of Statistics of China, 2017.

Existem outros bancos que são utilizados pela China para a concessão de empréstimos para a África. O *China Development Bank* (CDB), com a crise financeira internacional, passou a atuar na concessão de empréstimos fora do território chinês. Mas, somente depois de consolidar essa política, a partir de 2011, que a política de concessão deste banco passou a ser explorada com mais afinco (Tabela 22). Os valores ainda são menores do que o EXIMBANK, já que possuem finalidades diferentes. Enquanto o EXIMBANK corresponde a investimentos chineses voltados para importação e exportação. O CDB está focado na ajuda econômica para o desenvolvimento de áreas afetadas por serem gargalos econômicos.

**Tabela 22** – Empréstimos para África em renminbi convertidos em dólar (US\$) – *China Development Bank*

<b>Ano</b>	<b>Empréstimos (milhões US\$)</b>
2001	0
2002	0
2003	0
2004	0
2005	0

2006	0
2007	0
2008	17
2009	50
2010	0
2011	22
2012	2783
2013	1801
2014	4280
2015	2446

Fonte: National Bureau of Statistics of China, 2017.

Entretanto, há ainda outros bancos chineses que atuam como impulsionadores desta articulação político-econômica. São bancos como o *People's Bank of China* (PBC), *China Construction Bank Corporation* (CCB) e *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC), *China Export and Credit Insurance Corporation* (SINOSURE) e outros menores que oferecem empréstimos em renminbi e em dólar.

**Tabela 23** – Empréstimos para África em renminbi convertidos em dólar (US\$) – Outros bancos chineses

Ano	Empréstimos (milhões US\$)
2001	242
2002	517
2003	557
2004	421
2005	269
2006	1948
2007	37
2008	469
2009	1360
2010	3041
2011	474
2012	1303
2013	2986
2014	2975
2015	2413

Fonte: National Bureau of Statistics of China, 2017.

Contudo, após os impactos sobre a China da crise do sistema financeiro, tornaram-se uma forma de conquistar novos espaços para a diplomacia do renminbi e a projeção do poderio do Estado chinês. Conforme a Tabela 23 é passível a identificação de como, entre as variações ordinárias do sistema financeiro internacional, as somas contratadas por outros países têm crescido chegando a 3 bilhões de dólares e variando próximo a este valor em anos consecutivos.

Por fim, ainda existem outras questões que merecem ser abordadas com a intenção de compreender o saldo da presença chinesa em Angola, no Sudão e Moçambique: (i) a economia dos três países abordados é extremamente dependente da exportação de commodities e o grande mercado é a China. Para países como Angola e Sudão, grande parte do PIB é composto das receitas advindas da exploração do petróleo e gás, o que acrescenta um fator variável maior. Em contrapartida, demais setores são pouco desenvolvidos. (ii) Para Angola, Sudão e Moçambique, sobretudo, este último, a agricultura familiar é dissolvida colocando em risco a segurança alimentar do país em prol da exportação de alimentos como soja, isto é, de *commodities*. (iii) A limitação de *know-how* nos países selecionados abre espaço para a inserção de mão de obra qualificada chinesa, bem como empresas chinesas criando concentração de renda e distorções no mercado interno. (iv) Processos de concentração de renda reforçam a diferenciação entre a Capital do país e demais regiões. Esse processo de formação de arquipélagos reforça o histórico problema de unificação nacional dos países africanos. (v) A indiferença da diplomacia chinesa em relação à política doméstica dos países parceiros fortalece a concentração das ações na máquina estatal e na corrupção do país, ao eliminar processos de responsividade. Isto reforça o fato de as relações ganha-ganha com China serem limitadas aos interesses da China, em detrimento da população local. (vi) Por fim, não parece existir uma interdependência complexa, como definiriam liberais, senão que um momento de conveniência e de interesses que podem sustentar o crescimento do país até que os laços sejam rompidos pela mudança de interesse de outro Estado, no caso, a China, que visa ser reconhecida no Centro da Ordem Internacional, com o papel que lhe cabe de potência, por ora, através de meios pacíficos e pragmáticos, ocupando espaços vazios deixados pelo *hegemon*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão da China e sua aproximação à periferia da Ordem Internacional representa uma necessidade estratégica para promover o debate sobre suas capacidades ao passo em que se assegura os recursos naturais necessários para a demanda de sua indústria nacional. A expansão chinesa iniciada em 1978 com as reformas, no intuito de modernização, intensificou-se sobremaneira com o início do século XXI. A adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a implementação do 10º Plano Quinquenal são simbólicas.

A política da China de projeção e inserção mantém o princípio *tao guang yang hui*, que se traduz no pragmatismo e na continuidade das estratégias estabelecendo o debate sobre suas

capacidades e seu papel na Ordem Internacional. Este posicionamento fortalece a retórica de uma harmonia entre a coexistência de diversos poderes nas Relações Internacionais.

Essa marcha cautelosa chinesa foi articulada em planos de curto, médio e longo prazo que permitiriam a transformação da sua economia e a conseguinte inserção nas cadeias produtivas regionais e globais. De forma a se debater a possibilidade do estabelecimento de uma nova hegemonia política e econômica não-ocidental, com a peripécia da ascensão pacífica, sem rupturas, e capaz de assegurar a coexistência de outros poderes, em favor da manutenção da estabilidade da Ordem Global. Um marco nas Relações Internacionais.

Ainda que essa discussão seja uma tarefa árdua, abordar a projeção chinesa num panorama delimitado de expansão e inserção no cenário das Relações Internacionais, fundamentado em dados empíricos permite formar conceitos fecundos sobre as assimetrias entre poder econômico e político e como a ascensão chinesa a harmonização destas duas pontas do elo são *conditio sine qua non*.

Por um lado, esse debate fortalece o fato de o consenso se mostrar mais efetivo do que o uso da coerção. Por conseguinte, no caso da China, a distinção sobre o conceito de poder adotada por Susan Strange demonstra-se altamente explicativa e dá possibilidade para inúmeras conclusões. De maneira especial, num momento em que a financeirização do capital remodela a todo instante tanto economias periféricas, como, inclusive, economias centrais.

Por outro lado, as perspectivas sobre o sistema financeiro internacional fazem pensar que a importância da moeda chinesa tende a crescer constantemente, de modo muito simbólico, nas transações comerciais. As articulações para plasmar esse cenário são indícios sólidos do desejo da China de tornar-se uma potência econômica mundial. Isto implica na contraposição ao *hegemon*. Por mais que a tese de pacifismo chinês se demonstre factível. Há inúmeros pontos obscuros. Não se sabe como será a reação dos poderes hodiernos ante a ascensão de um poder contestador. Ademais, pouco se sabe sobre os meandros deste discurso sobre o nacionalismo do Estado Chinês. Tampouco das implicações geopolíticas desta ascensão e da própria diplomacia do renminbi, já que enquanto a geografia e o Estado existirem, moeda estará ligada intrinsecamente a interesses estatais.

Destarte, diferentemente de outras potências emergentes, em eras passadas, os fornecedores e consumidores se tornam de fato importantes para a articulação chinesa, em vista da internacionalização do renminbi, como meio de pagamento e de reserva nas trocas internacionais. O *modus operandi* da política não confrontacionista preserva a identidade da China e sua integridade nacional, bem como estabelece políticas que fortalecem o processo de internacionalização do renminbi, que ainda inicia sua trajetória no sistema financeiro

internacional como meio de troca ou reserva de valor. No entanto, o tamanho de sua economia cada vez mais atrai parceiros em busca de estabilidade e crescimento em relações *ganha-ganha*.

Porém, nesse relacionamento existem distorções. A questão estratégica chinesa é essencialmente acesso a recursos naturais e a fontes de energia. O que incentiva os países africanos recebedores dos investimentos a focar-se unicamente em exportar *commodities* para a China, ficando refém da variação da demanda chinesa. Enquanto para a China significa conquistar novos espaços no cenário internacional.

Neste contexto, a África ganhou uma expressiva importância estratégica para a China. Um continente tradicionalmente sob ocupação de nações estrangeiras, especialmente, dos Estados Unidos e de países europeus. Estabelecer o desenvolvimento africano é conquistar a confiança de novos parceiros que se confirmam como destino importante dos fluxos de capitais chineses e das suas manufaturas, com a China se consolidando, paralelamente, como destino basilar das exportações africanas.

A política (diplomacia) do renminbi adotada com a combinação de comércio e investimento, permite que a China realize o desenvolvimento de forma pacífica de âmbitos não explorados por ocidentais, ou de desinteresse ocidental, dado o pouco retorno financeiro, ou as incertezas políticas. Para a China é a oportunidade de estabelecer-se como potência e ser reconhecida como tal por outras nações.

Incorrer na diminuição do predomínio do dólar se torna um imperativo para a China. Por isso, as tentativas graduais e planejadas de reduzir sua dependência da moeda americana, assim como de sustentar a projeção do seu poder, nos moldes do discurso de ascensão pacífica, que enseja numa relação intrínseca entre poder e moeda, como componente estratégico para esta projeção (reação).

Portanto, longe de esmerar o esgotamento do assunto, este artigo traz consigo apenas um recorte da articulação política chinesa, num cosmo determinado de fornecedores e consumidores, na África, com o intuito de internacionalizar a moeda chinesa. Também abordando o caso *sui generis* na Ordem Internacional de uma ascensão pacífica que traz consigo inúmeros desequilíbrios e contradições *ad intra* e *ad extra*, cujos resultados são ignotos.

## REFERÊNCIAS

AIDDATA. **Global Chinese Official Finance Dataset**. Version 1.0, 2017. Disponível em: <[aiddata.org/data/chinese-global-official-finance-dataset](http://aiddata.org/data/chinese-global-official-finance-dataset)> Acesso em: 10 de Jan. de 2018.

ALDEN, Christopher; CHICHAVA, Sérgio Inacio. **China and Mozambique: From comrades to capitalists**. 2014.

ALVES, André Gustavo Miranda Pineli. **Os interesses econômicos da China na África**. 2010.

ALVES, Duarte Bué. A presença chinesa em África: o caso de Angola. **Negócios Estrangeiros**, n. 10, 2007.

ALDEN, Christopher. China's New Engagement with Africa. In: ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe (Ed.). **China's expansion into the western hemisphere: Implications for Latin America and the United States**. Brookings Institution Press, 2008.

ALDEN, Chris; LARGE, Daniel. China's exceptionalism and the challenges of delivering difference in Africa. **Journal of Contemporary China**, v. 20, n. 68, p. 21-38, 2011.

AMANOR, Kojo S.; CHICHAVA, Sérgio. South-south cooperation, agribusiness, and African agricultural development: Brazil and China in Ghana and Mozambique. **World Development**, v. 81, p. 13-23, 2016.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 123-177, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BALDWIN, David Allen. **Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate**. Columbia University Press, 1993.

BIJIAN, Zheng. **China's "peaceful rise" to great-power status**. *Foreign Affairs*, p. 18-24, 2005.

BOSSHARD, Peter. China's environmental footprint in Africa. **China in Africa Policy Briefing**, v. 3, p. 1-12, 2008.

CACUTO, Jorge Francisco. Angola pós-independente: implicações econômicas da herança colonial: **Economia & Pesquisa**, Araçatuba: v. 3, n. 3, p. 22-39.

CARMODY, Pádraig. An Asian-driven economic recovery in Africa? The Zambian case. **World Development**, v. 37, n. 7, p. 1197-1207, 2009.

CARMODY, Pádraig., OWUSU, Francis, A expansão da China para a África: interesses e estratégias. In: A China na nova configuração global: **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 235-267, 2011.

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica: princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

CHAN, Steve. Is there a power transition between the US and China? The different faces of national power. **Asian Survey**, v. 45, n. 5, p. 687-701, 2005.

CHICHAVA, Sérgio. As economias “emergentes” no sector agrícola moçambicano: leituras, implicações e desafios. BRITO, L. de. et al. **Economias “emergentes”: desafios para Moçambique**. Maputo: IESE, 2011.

CHOMSKY, Noam. **Piratas e imperadores: antigos e modernos: o terrorismo internacional no mundo real**. Bertrand Brasil, 2006.

COHEN, Benjamin J. **The geopolitics of currencies and the future of the international system**. 2003.

COHEN, Benjamin J. 2006. The Macrofoundations of Monetary Power. In: ANDREWS, David M. (Ed.). **International monetary power**. Cornell University Press, 2006.

COMTRADE, U.N. **UNComtrade database**, vários anos, 2017. Disponível em: <[comtrade.un.org/](http://comtrade.un.org/)> Acesso em: 20 de jan. 2018.

CORKIN, Lucy. China and Angola-Strategic partnership or marriage of convenience? **Angola Brief**, 2011.

EBNER, Julia. The Sino-European race for Africa's minerals: When two quarrel a third rejoices. **Resources Policy**, v. 43, p. 112-120, 2015.



EICHENGREEN, Barry. The Dollar Dilemma-The World's Top Currency Faces Competition. **Foreign Aff.**, v. 88, p. 53, 2009.

EICHENGREEN, Barry; LOMBARDI, Domenico. RMBI or RMBR? Is the Renminbi Destined to Become a Global or Regional Currency? **Asian Economic Papers**, v. 16, n. 1, p. 35-59, 2017.

EICHENGREEN, Barry; KAWAI, Masahiro (Ed.). **Renminbi Internationalization: Achievements, Prospects, and Challenges**. Brookings Institution Press, 2015.

EXIMBANK. **Annual Reports**, vários anos, 2017. Disponível em: [<english.eximbank.gov.cn/>](http://english.eximbank.gov.cn/) Acesso em: 20 de jan. 2018.

FARHI, Maryse; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. The financial crisis and the global shadow banking system. **Revue de la régulation. Capitalisme, institutions, pouvoirs**, n. 5, 2009.

FARIA, Luiz AE. O valor do conceito de hegemonia para as relações internacionais. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 2, n. 3, p. 209-232, 2013.

FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**, v. 4, p. 87-147, 1997.

FIORI, José Luis. **O poder dos Estados Unidos: formação, expansão e limites**. O poder americano. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FIORI, José Luís. Sobre o poder global. **Novos estudos-CEBRAP**, n. 73, p. 61-72, 2005.

FIORI, José Luis. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, p. 173-277, 2008.

GILPIN, Robert. GILPIN, Robert. **War and change in the international system**. Princeton: Princeton University Press, 1981.

GU, Jing. China's private enterprises in Africa and the implications for African development. **The European Journal of Development Research**, v. 21, n. 4, p. 570-587, 2009.

GUTHRIE, Doug. **China and Globalization: the social, economic, and political transformation of chinese society**. NY-London: Routledge, 2006.

GUZZINI Stefano, **The Continuing Story of a Death Foretold: Realism in International Relations/ International Political Economy**. Florence: European University Institute, Social and Political Sciences, 1992.

HARVEY, David. Afterthoughts on Piketty's Capital in the Twenty-First Century. **Challenge**, v. 57, n. 5, p. 81-86, 2014.

HODGES, Tony; TIBANA, Roberto. Political economy of the budget in Mozambique. **Maputo, Mozambique**, 2004.

ILHÉU, Fernanda. The role of China in the Portuguese speaking African countries: the case of Mozambique (Part I). **Economia Global e Gestão**, v. 15, n. 3, p. 27-41, 2010.

IMF- Informação de Mercados Financeiros. **A internacionalização do yuan**. Avaliação trimestral, outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.imf.pt>>. Acesso em 15 de dez. 2017.

JIANG, Zemin. **Reforma e construção da China**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KEOHANE, Robert Owen. **Instituciones internacionales y poder estatal: ensayos sobre teoría de las relaciones internacionales**. Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. 1977.

KEYNES, John Maynard. The General Theory. Part I: Preparation. **Collected Writings of John Maynard Keynes**, v. 13, 1973.

KEYNES, John Maynard. **A Treatise on Money: V. 1: The Pure Theory of Money**. Macmillan, St. Martin's for the Royal Economic Society, 1971.

KOBYLINSKI, Katarina. Chinese investment in Africa: checking the facts and figures. **Association for International Affairs Briefing Paper**, v. 7, p. 2012, 2012.

KONINGS, Piet. China and Africa: building a strategic partnership. **Journal of Developing Societies**, v. 23, n. 3, p. 341-367, 2007.

LAGERKVIST, Johan. Chinese eyes on Africa: Authoritarian flexibility versus democratic governance. **Journal of Contemporary African Studies**, v. 27, n. 2, p. 119-134, 2009.

LARGE, Daniel. China and Post-Conflict Reconstruction in Africa: The Case of Sudan. **South African Institute of International Affairs**, policy briefing, n.36, p.1-4, 2011.

LENIN, Vladimír Illich Ulianov. Imperialismo: fase superior do capitalismo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 4, n. 1, p. 144-224, 2013.

LESCH, Ann Mosely. **The Sudan: contested national identities**. James Currey Publishers, 1998.

LIAO, Steven; MCDOWELL, Daniel. Redback rising: China's bilateral swap agreements and renminbi internationalization. **International Studies Quarterly**, v. 59, n. 3, p. 401-422, 2015.

LU, Xiaodong; LI, Ronglin. South-South cooperation: is there a foundation in trade? **Journal of Chinese Economic and Foreign Trade Studies**, v. 3, n. 3, p. 221-234, 2010.

MAGALHÃES, Diego Trindade d'Ávila. **Globalizadores e a globalização comercial: a China é um país globalizador?** 2015.

MARTINS, Aline. A hegemonia do dólar no sistema monetário e os desafios do renminbi em se tornar uma moeda internacional. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, v. 3, n. 5, p. 1-32, 2014.

MCCORMICK, Dorothy. China & India as Africa's new donors: The impact of aid on development. **Review of African political economy**, v. 35, n. 115, p. 73-92, 2008.

MCKINNON, Ronald; LEE, Brian; WANG, Yi David. The global credit crisis and China's exchange rate. **The Singapore Economic Review**, v. 55, n. 02, p. 253-272, 2010.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 26, n. 3, p. 381-400, 2006.

MARX, K. O Capital, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. **Livro Terceiro**, v. 5.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. Nova York: W.W. Norton, 2003.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. **China Statistical Yearbook**, vários anos (2017).

NIELSEN, Morten. Como não construir uma estrada: uma análise etnográfica dos efeitos socioeconómicos de um projecto chinês de construção de infra-estruturas em Moçambique. **A Mamba EO Dragão: Relações Moçambique-China Em Perspectiva**, p. 61-79, 2012.

NOWAK, Wioletta. China's development aid strategies. **Chinese Business Review**, v. 14, n. 4, p. 201-209, 2015.

NYE, Joseph S. China and soft power. **South African Journal of International Affairs**, v. 19, n. 2, p. 151-155, 2012.

O'BRIEN, Richard. **Global financial integration: The end of geography**. Royal Institute of International Affairs, 1992.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. A política africana da China. In: África - Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: **o Brasil no mundo que vem aí**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

OVERHOLT, William H. China and the evolution of the world economy. **China Economic Review**, v. 40, p. 267-271, 2016.

PAUTASSO, Diego. A Economia Política Internacional da China para Angola e os caminhos da transição sistêmica. **Século XXI**, v. 1, n. 1, p. 107-126, 2011.

PAUTASSO, Diego. **A China na transição do sistema mundial: suas relações com EUA e Índia**. 2006.

PECEQUILO, Cristina. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Elsevier Brasil, 2013.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Editora Campus, 2000.

PRASAD, Eswar. The dollar trap. Princeton University Press, p. xi Posen, Adam S. Why the Euro will not Rival the Dollar. **International Finance**, v. 11, n. 1, p. 75-100, 2014.

PRASAD, Eswar S. **Gaining currency: the rise of the renminbi**. Oxford University Press, 2016.

PRATES, Daniela Magalhães et al. As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional. **Revista de economia contemporânea**, 2005.

RIBEIRO, Valéria Lopes. **A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI**. 2013. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RODRIK, D. Growth Strategies. In: AGHION, Philippe; DURLAUF, Steven. **Preface to the handbook of economic growth**. 2005.

ROUBINI, Nouriel; MIHM, Stephen. **A economia das crises**. Editora Intrínseca, 2010.

ROUSSEAS, Stephen. **Post Keynesian monetary economics**. Springer, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

SHIH, Chih-yu; YIN, Jiwu. Between core national interest and a harmonious world: Reconciling self-role conceptions in Chinese foreign policy. **Chinese Journal of International Politics**, v. 6, n. 1, p. 59-84, 2013.

STRANGE, Susan. **States and markets** (2aed.). Londres et New York, Continuum, 1994.

SUTTER, Robert G. **Chinese foreign relations: Power and policy since the Cold War**. Rowman & Littlefield Publishers, 2012.

TAYLOR, Ian. China's oil diplomacy in Africa. **International affairs**, v. 82, n. 5, p. 937-959, 2006.

UNCTAD. Fluxo de Investimentos Diretos Externos Chineses. Genova: **United Nations**, vários anos, 2017.

UNCTAD. Fluxo de Investimentos Diretos Externos Americanos. Genova: **United Nations**, vários anos, 2017.

UNCTAD. Trade and Development Report. Geneve: **United Nations**, vários anos, 2017.

VAMBERY, Robert G. The rise of the Renminbi from convertible toward reserve currency status as a result of the China-US trade relationship. **Journal of Global Business and Technology**, v. 10, n. 2, p. 43, 2014.

VOANEWS. **Banco de Imagens**. Disponível em: <<http://www.voanews.com/>> Acesso em: 20 de jan. 2018.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa, Gradiva, 2002.

WANG, Jian-Ye. **What drives China's growing role in Africa?** International Monetary Fund, 2007.

WORLD BANK. **World DataBank: World Development Indicators**. 2017. Disponível em: <[data.worldbank.org/products/wdi](http://data.worldbank.org/products/wdi)> Acesso em: 20 de jan. 2018.

YAHUDA, Michael. **The international relations of the Asia Pacific**. London: Routledge Curzon, 2nd and revised edition, 2004.